



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

**6ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica de
Qualidade
Ambiental e Gestão de Resíduos – CTQAGR.**

Brasília/DF.
4 de Agosto de 2016.

*(Transcrição ip[s]is verbis)
Empresa ProixL Estenotipia*

1 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Bom dia a todos senhores
2 membros da Câmara. Célia Rennó, representante da ABES, vice-presidente dessa
3 Câmara, responsável hoje por presidi-la na ausência da Presidência. Eu vou,
4 então, dar como aberta, nós temos quórum hoje, foi informado que temos quórum,
5 já temos quórum na Câmara e vamos abri-la a partir de agora 09h35, quase na
6 hora certa. Como primeiro item da pauta, nós vamos ter a eleição da Presidência
7 da Câmara Técnica nos termos do art. 35 do Regimento Interno. Senhores, nós
8 temos candidatos para a Presidência? Declaro aberta aqui as inscrições e as
9 falas.

10
11
12 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Essa Câmara Técnica foi aí
13 presidida nos últimos 4 anos pelo representante do Ibama, Dr. Márcio Freitas, que
14 com as mudanças recentes voltou a ANA de onde é funcionário efetivo, a Agência
15 Nacional de Água. Eu sempre atuei como suplente do Governo Federal e nós
16 tivemos algumas reuniões entre Ibama e a Dra. Jacimara Guerra Machado é que
17 está substituindo, como diretora está aqui presente conosco, Diretora de
18 Qualidade Ambiental do Ibama, vai nos acompanhar nessa Câmara Técnica e
19 declinou da presidência, de se candidatar à Presidência em nome do Ministério.
20 Então, eu coloco a candidatura do Ministério a minha pessoa como presidente da
21 Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos.

22
23
24 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Alguma outra candidatura?
25 Celma.

26
27
28 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (Anamma/Centro-Oeste)** – Na verdade,
29 não é para candidatar, caso eu fosse titular com certeza a Anamma poderia até
30 pleitear, mas a nossa titular não pode comparecer por problema de saúde. Mas
31 assim, eu não vejo problema em está a Zilda a frente dessa proposta.

32
33
34 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Bem Zilda, na última reunião,
35 eu me sinto até um pouco incomodada aqui nessa posição de vice-presidente que
36 vocês todos participaram, a última reunião foi a minha primeira reunião, eu já
37 vinha trabalhando com o Márcio anteriormente e até vamos sentir muita falta dele,
38 ele fazia um trabalho excelente aqui dentro dessa Câmara, fez durante muitos
39 anos, eu acho que todos nós reconhecemos o trabalho que ele fez durante tanto
40 tempo aqui, e ajudou no desenvolvimento de todos eles. Então, fica aqui o nosso
41 agradecimento, ele sempre será bem-vindo quando puder vir aqui contribuir com o
42 seu conhecimento para os trabalhos da equipe e mesmo estando na ANA o
43 conhecimento dele permanece; e aceitei essa vice-presidência, até declarei isso
44 na última reunião, para ajuda-lo naquilo que fosse possível e para beber um pouco

45 do conhecimento que ele sempre trouxe nas nossas reuniões. Eu acho que a sua
46 candidatura com certeza também vai agregar todo esse conhecimento e essa sua
47 experiência de vários anos aqui nessa Câmara Temática. Eu não vejo problema
48 nenhum. Eu quero colocar agora também se tem alguém interessado na vice-
49 presidência, porque se alguém tiver interesse na vice-presidência, para mim não
50 tem problema nenhum em abrir mão para poder fazer uma dobradinha com você,
51 se alguém tiver interesse tudo bem, senão eu terei muito prazer em acompanhá-
52 la. Eu quero abrir para ver se alguém tem interesse na vice-presidência.

53

54

55 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (Anamma/Centro-Oeste)** – Esse período de
56 vigência da vice-presidência expira quando? Enquanto houver? Então, a partir de
57 agora dois, é isso?

58

59

60 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – O período seria de 2016
61 e 2017. Então, seria uma nova eleição em 2018 para a presidência. Então, seria
62 desse período agora no caso de uma vice-presidência e da presidência é até o
63 término desses dois anos para completar esse período.

64

65

66 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Senhores, não havendo
67 candidatos, Zilda, eu peço para você assumir a Presidência aqui da Câmara e eu
68 estarei aqui para assessorá-la. Obrigada.

69

70

71 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada pela confiança de
72 todos. Eu espero poder contribuir endossando as palavras da Célia, eu acho que é
73 uma tarefa muito difícil substituir o Márcio, eu já trabalho junto com o Márcio a
74 mais de doze anos, treze anos, eu acho, 2003, 2004, quando o Márcio foi para o
75 Ibama, eu tive a oportunidade de trabalhar com ele, fui substituta dele, aprendi
76 muito com ele, brigava muito com ele, mas aprendi demais com ele; brigar, porque
77 dois gaúchos não se bicam sempre, é isso aí não tem, nós falamos conversando
78 que parece que está brigando, mas para quem não sabe o que é o gaúches,
79 talvez não entenda isso, mas eu agradeço a oportunidade. Eu sempre digo e essa
80 semana alguém me falou o seguinte assim, mas você está no Ministério há tantos
81 anos, mas você fala do IBAMA com tanto carinho; eu digo assim: eu tenho muito
82 orgulho de ser analista ambiental do Ibama, de trabalhar no Ibama desde antes da
83 criação dele. Eu sou egressa da Secretaria Especial do Meio Ambiente, assim
84 como a Jacimara, e assim como era a Isabela Teixeira e outros colegas que ainda
85 estão aqui, você também Ana, isso mesmo Ana. Então assim, nós já temos um
86 tempo de casa e tenho um orgulho muito grande do trabalho do CONAMA, eu
87 acho o trabalho do CONAMA extremamente importante e, às vezes, nós nos
88 penitenciamos dele não ser tão valorizado. Então, com a ajuda de vocês, eu
89 espero conseguir fazer com que nós tenhamos aí um andamento de alguns temas

90 que para o meio ambiente são importantes, quer dizer, a partir do momento que
91 nós sentamos aqui continuo sendo representante do Ministério do Meio Ambiente,
92 mas mais do que nada nós estamos no Conselho para buscar soluções conjuntas.
93 Então, é esse o objetivo que nós temos aqui nessa alternância da Presidência que
94 se busca sempre no Conselho. Eu respeito muito o CONAMA, eu acho que o
95 CONAMA ainda é um órgão que tem uma celeridade, uma importância técnica
96 muito grande, e vamos ver se conseguimos aí colocar alguns pontos importantes
97 na pauta. Essa reunião, antes de mais nada, eu queria até em nome, não sei se
98 posso falar, mas em nome do DConama pedir desculpas a todos, eu conversei
99 com a Ana várias vezes sobre a oportunidade de marcarmos essa reunião hoje,
100 quer dizer, nós tivemos uma reunião em fevereiro, nós vamos aprovar ali as
101 transcrições da reunião de 16 de fevereiro e marcamos essa reunião. Quando nós
102 marcamos a reunião, nós não sabíamos que ia ter ponto facultativo, exatamente
103 que tipo de jogo ia ter, isso não foi muito divulgado. Então, eu quero
104 antecipadamente pedir desculpas aos senhores se, porventura, nós vimos depois
105 que algumas pessoas não conseguiriam vir representantes de alguns Estados, da
106 Sociedade Civil até nós estamos com a Célia e o Manara aí, não tem problema
107 nenhum, mas pedir desculpas, mas nós trabalhamos em Brasília e nós sentimos
108 que mesmo tendo o jogo de futebol ali no Mané Garrincha, nós temos que
109 continuar trabalhando. Então, antecipadamente pedir desculpas por algum
110 transtorno, até o Congresso está trabalhando hoje, aprovando relatórios e
111 matérias importantes, nós costumamos criticar muito; mas desculpe, nós
112 marcamos a reunião do GT de compostagem que está aqui na pauta para ser
113 prorrogada a vigência do grupo, vamos marcar para segunda e terça. A ideia
114 nossa é fazer lá na 505 que daí não pega essa confusão aqui da Esplanada, lá
115 onde fica o nosso Departamento, a nossa Secretaria, a minha, da Dra. Letícia que
116 está aqui, que é a Diretora de Qualidade Ambiental para facilitar um pouco a
117 questão de transporte, que daí sai aqui do eixo central, eu acho menos
118 complicado. Mas só pedir desculpas para isso. Começamos pela aprovação das
119 transcrições da 21ª Reunião que foi realizada em 16 de fevereiro desse ano. Eu
120 gostaria de perguntar se todos leram, se tem alguma colocação, alguma correção
121 a fazer, ou se podemos considerar aprovada as transcrições da última reunião da
122 Câmara Técnica de Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, alguma
123 manifestação? Bom, se nós não temos nenhuma manifestação, eu considero
124 aprovada. Eu queria pedir ao iniciar a ordem do dia que nós fizéssemos uma
125 inversão de pauta e vou tentar colocar para os senhores qual é. Nós temos alguns
126 temas que são deliberativos, a necessidade básica de convocação dessa reunião
127 foi em função de não perdermos o prazo de apresentar na Plenária o relatório da
128 CAP, da Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE, que a Dra.
129 Letícia vai apresentar daqui há pouco, que é a diretora da área. Então, nós
130 precisávamos disso até para poder..., a reunião ordinária será no final do mês de
131 agosto e eu pediria que nós tratássemos o 4.1, e deixasse o 4.2 e 4.3 para o final.
132 Então, ficaria da seguinte forma, primeiramente o 4.1, depois o 4.4, que é a
133 deliberação de prorrogação do GT de Compostagem, de qualidade de composto;
134 depois a discussão da questão do fósforo, da revisão da Resolução 359/2005, aí

135 entrariamos com a proposta de revisao da Resolucao 432/2011 e a criaao de um
136 Grupo de Trabalho para discutir a viabilidade de alteracao do fator de deterioracao
137 dos equipamentos de emissao de gases para ciclo motores e similares.

138

139

140 **A SR^a. LUCIANA MARIA BAPTISTA VENTURA (Governo do Rio de Janeiro) –**

141 Eu preferia que fosse mantida a pauta, porque assim vim, principalmente por
142 conta desses itens que estao relacionados a parte veicular, tendo em vista que o
143 Rio de Janeiro tem o programa de inspecao e como vai ter um problema de volta
144 por conta da interdicao de uma parte da via e o voo esta para as 19h00 e pode
145 ocorrer algum problema no retorno.

146

147

148 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** Mas eu tambem preciso do
149 quorum para poder aprovar esses dois pontos que sao ate mais importantes
150 assim, desculpa, nao estou fazendo valorizacao de juizo, e porque tenho a reuniao
151 do GT de Compostagem segunda e preciso da prorrogacao do prazo de validade.
152 A ideia nossa e terminar ate o meio dia, a ideia nossa e terminar a reuniao ate ao
153 meio dia. Eu acho que conseguimos, no maximo ate uma hora da tarde, eu
154 acredito que consigamos fazer isso, eu acho que nao tem problema nao. Vamos
155 trabalhar para isso. Entao, vamos fazer, primeiramente passo a palavra a Dra.
156 Leticia Carvalho, a Diretora de Qualidade Ambiental, responsavel pela area de
157 qualidade do ar para apresentacao, e apresentacao e apreciacao para poder ser
158 enviado a proxima Plenaria a Reuniao Ordinaria.

159

160

161 **A SR^a. LETICIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
162 **MMA) –** Obrigada Dra. Zilda. Pediria apenas que fosse colocada a apresentacao
163 na tela. Bom dia a todos. Zilda ja me apresentou, mas para quem ainda nao me
164 conhece, eu sou Leticia Carvalho, Diretora de Qualidade Ambiental, tenho Agenda
165 de Qualidade do Ar sobre a minha responsabilidade. Inicialmente eu queria
166 parabenizar, expressar aqui e compartilhar com voces os meus parabens a Dra.
167 Zilda Veloso; Zilda e minha amiga e companheira no Ministerio ha muitos anos,
168 trabalhamos juntas basicamente juntas respondemos pelos temas que estao aqui
169 em apreciacao e que sao apreciados aqui no ambito dessa Camara Tecnica, tem
170 sido um prazer e orgulho para mim trabalhar com ela ao longo desses ultimos,
171 talvez cinco anos certamente, nesses papéis e vejo como muito positivo para essa
172 Camara Tecnica e para o CONAMA nao e substituicao, mas a evolucao que
173 acontece nesse compartilhamento da Presidencia pelo IBAMA e agora pelo
174 Ministerio. Eu acredito que isso revela e revelara cada vez mais a integracao do
175 setor ambiental, os seus propósitos aqui no ambito dessa Camara Tecnica e essa
176 lideranca certamente vai colocar a Camara Tecnica e o CONAMA, como bem
177 disse a Zilda, e certamente o Fórum mais importante em toda a politica ambiental,
178 mais estruturante e mais antigo deles, e isso vai colocar a implementacao e
179 desenvolvimento de todas as politicas que nos temos que tratar aqui no ambito

180 dessa Câmara Técnica no rumo firme e seguro com a condução da Zilda dando
181 continuidade ao trabalho do Márcio. Bom, eu queria lembrar a todos então que dita
182 essas palavras iniciais, a razão da minha apresentação hoje aqui é compartilhar
183 com os senhores para apreciação o relatório de acompanhamento e avaliação do
184 PROCONVE, que é o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos
185 Automotores e por Motocicletas referentes ao ano base 2015. Lembro que essa
186 apresentação, esse relatório é fruto do trabalho da Comissão de
187 Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE, que foi instituída em maio de
188 1986, que foi instituída pela Resolução CONAMA 18, em 1986, e que foi
189 reestruturada a Comissão de Acompanhamento e Avaliação pela Resolução
190 CONAMA 414, em 2009; e essa Comissão, então, lembrando a todos tem a
191 finalidade de acompanhar a área e avaliar o PROCONVE de uma forma
192 permanente e assim informar ao CONAMA da evolução do desenvolvimento das
193 atividades no âmbito do programa para instruir esse Conselho sobre as
194 necessidades, inclusive de aprimoramento, e dar a chance ao Conselho de avaliar
195 o desempenho do programa. Essa, então, é o contexto dessa necessidade de vir
196 aqui, é uma obrigação. O Ministério do Meio Ambiente, como coordenador da
197 Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PROCONVE, deve então reportar
198 aos senhores a cada ano as evoluções no âmbito do PROCONVE. Por favor, o
199 próximo slide. Bom, então só lembrando já mencionei as competências dadas a
200 Comissão de Avaliação do PROCONVE pela 414, de 2009, contextualizei o
201 relatório e o que nos traz aqui hoje e lembrando que a partir da aprovação por esta
202 Câmara Técnica que o rito de apreciação desse relatório inicia aqui na Câmara
203 Técnica e depois deve seguir finalmente para a Plenária para a nova
204 apresentação a toda a Plenária do CONAMA e aí aprovação final do relatório.
205 Lembrando, então, que essas instituições são os membros que compõem a
206 Comissão de Avaliação e Acompanhamento do PROCONVE, o Ministério do Meio
207 Ambiente coordenador e as demais instituições listadas, Ministério da Saúde,
208 Minas e Energia, Ibama, MP, ABEMA, representando os estados, Anamma os
209 Municípios, a CNI representando o setor produtivo, o agente técnico do
210 PROCONVE, que é a CETESB e ONGs e uma ONG representando a Sociedade
211 Civil Organizada. Essa é a composição da CAP. O objetivo, então, é apresentar a
212 evolução dos dois principais, das duas principais ações no âmbito do PROCONVE
213 e do PROMOT, que é o programa análogo para veículos para motocicletas.
214 Especificamente em maior detalhe o que se espera nesse trabalho de
215 acompanhamento é acompanhar o cumprimento dos prazos e obrigações
216 estabelecidos nas Resoluções CONAMA referentes a esses dois programas,
217 lembrando aos senhores de que tanto o PROCONVE, como o PROMOT, são
218 constituídos de fases que estabelecem critérios de qualidade para combustível e
219 critérios de conformidade para motores, e essas fases para motores dos veículos,
220 essas fases se sucedem e o objetivo da Comissão é acompanhar a evolução e
221 desenvolvimento dessa sucessão. Apresentar os indicadores de desempenho
222 utilizados para avaliação da eficácia do programa, lembrando que o processo de
223 acompanhamento acontece desde o início da formação dessa Comissão, o
224 processo de avaliação tem sido sistematicamente aprimorado buscando trazer

225 indicadores que é o que vou compartilhar com os senhores para que possa ter
226 uma apropriação ainda mais objetiva do desempenho do programa; e propor
227 recomendações para aperfeiçoamento do programa e avaliar a pertinência e a
228 oportunidade de ensejar discussões, de iniciar discussões que ensejem a
229 evolução das fases no âmbito do programa. Lembrando, então, que em 2015 a
230 CAP tem regimentalmente a obrigação de reunir-se duas vezes ao ano
231 ordinariamente; essas reuniões 11^a e 12^a aconteceram respectivamente em maio
232 e novembro do ano passado nas datas aí colocadas e tivemos uma reunião
233 extraordinária que foi a terceiro da Comissão acontecendo em agosto do ano
234 passado para discutir um assunto que preocupava a Comissão especificamente,
235 que era a questão da adulteração do ARLA 32, um insumo que se coloca no
236 combustível para assegurar ao fim junto para assegurar que os dois componentes
237 fundamentais do PROCONVE, que são a qualidade do combustível e os motores,
238 e a conformidade dos motores cheguem ao final produzindo as emissões,
239 conforme a fase do programa preconiza. Então, essas três reuniões compuseram
240 o trabalho do ano passado. Lembrando, então, que a fase especificamente
241 PROCONVE e PROMOT. A fase: estamos desde janeiro de 2015 com a última
242 etapa em vigor da fase L6 do programa, que inclui todos os modelos de veículos
243 leves do Ciclo de Otto, ou seja, nós temos a fase plenamente implementadas para
244 veículos novos e veículos antigos desde janeiro de 2015. No caso dos veículos
245 pesados, nós estamos na fase P7 do programa; em 2015 foi dada continuidade a
246 essa fase, ela entrou em vigor em 2012 e só lembrando que foi instituída pela
247 Resolução CONAMA 403 de 2008. Então, é onde nos encontramos para veículos
248 pesados. E ainda para situar os senhores, no que se refere a motocicletas o
249 programa se encontra na fase M4, que foi continuada em 2015, foi estabelecida
250 em 2011 e posteriormente alterada em 2013. Então, esse é o cenário atual para
251 veículos leves pesados e motocicletas. O programa está, então, na sua fase L6,
252 P7 e M4. Bom, e agora entrando na parte mais substantiva, que é o que de fato
253 peço que os senhores apreciem com cuidado, é um gráfico bastante simples, mas
254 que indica um elemento fundamental para apreciação do desempenho do
255 programa, que é a questão da qualidade dos combustíveis, que é um dos pilares
256 como eu disse dessa estratégia regulatória para garantir os limites de emissão
257 preconizados e o PROCONVE obviamente é um dos pilares da política de
258 qualidade do ar em qualquer país no controle de emissões, em especial em um
259 país que tem uma frota dimensionada como a do Brasil, que está na ordem de 40
260 milhões de veículos atualmente. Então, por favor, atentem para o indicador de
261 qualidade de combustíveis, esse refere-se especificamente ao teor médio de
262 enxofre na gasolina brasileira e como os senhores podem verificar ao longo do
263 ano de 2015 todas as medições estão abaixo de 50 PPM; esse é a fase
264 exatamente em que nos encontramos e os senhores podem verificar aí o sucesso
265 da conformidade do combustível, visto que não há medidas excedendo em todo o
266 processo de fiscalização que a NP realiza, não há medidas em nenhum dos
267 meses que excedam a concentração de enxofre preconizada na gasolina S50, que
268 é o teor de enxofre 50 PPM. O mesmo se pode verificar para o teor médio de
269 enxofre no óleo diesel. Então, o primeiro gráfico se referia a situação da gasolina;

270 o segundo ao óleo diesel, cujo teor de enxofre preconizado na fase P7 é 500 ppm,
271 quinhentas partes por milhão e ali em vermelho indica que todas as medições ao
272 longo do ano de 2015, com toda a fiscalização da ANP no campo, indicaram pleno
273 cumprimento da conformidade esperada para essa fase todas as medições abaixo
274 de 500 ppm. Próximo, por favor. E finalmente o teor médio de enxofre no óleo
275 diesel 10 ppm, que está preconizado para desde 2012 no Brasil, que é desde
276 2012 no Brasil inteiro, ele começou inicialmente em algumas capitais para fase P7
277 e agora ele vale nacionalmente, e os senhores podem verificar que nesse caso o
278 sucesso em 2015 também foi total, visto que todas as medições estão
279 significativamente abaixo da concentração preconizada de 10 ppm. Próximo, por
280 favor. Bom, essas três medições são muito importantes, esses três referenciais,
281 indicadores são muito importantes, porque revelam sem sombra de dúvida que no
282 quesito qualidade de combustíveis as fases, que eu mencionei anteriormente P7,
283 L6 e M4, estão plenamente de acordo com o esperado e o desejado no programa,
284 que é um sucesso da política pública tanto da área ambiental com essa regulação
285 indutora de melhorias nos processos produtivos, quanto da área produtora e
286 importadora de combustíveis e da área, e da indústria produtora de veículos de
287 motores. Então, em termos de considerações finais dado esse resultado bastante
288 positivo, nós concluímos que o PROCONVE e PROMOT são programas
289 estratégicos para o controle da poluição atmosférica; nós temos absoluta clareza
290 que não são a única medida necessária, mas eles são certamente uma medida
291 estruturante e imprescindível. Como eu disse é sempre importante lembrar que o
292 desafio para o Brasil é enorme pelo tamanho da sua frota e a relevância dessa
293 estratégia igualmente condizente com o tamanho do problema. Então, não é a
294 única medida, mas é a medida estruturante e fundamental para as questões de
295 melhoria da qualidade do ar em todo o país, especialmente em regiões
296 metropolitanas onde há o densamente dessa frota. Como eu disse o indicador
297 utilizado não esgota a dimensão dos resultados pelo programa, nós estamos
298 buscando novos indicadores que sejam baseados em dados técnicos e com a
299 maior representatividade nacional, nós esperamos trazer aprimoramentos nessa
300 metodologia e estratégia de medição dos indicadores nas próximas reuniões. E
301 lembrando que assinamos, eu não posso deixar de mencionar aqui, neste ano o
302 programa, um programa em que participam o Ministério do Meio Ambiente,
303 Ministério de Minas e Energia, ANP e IBAMA, um programa para realizar estudos,
304 Programa de Controle, PCVE, programa para estudos de combustíveis que foi
305 assinado, agora não me recordo o nome e depois eu trago o título exatamente, a
306 sigla é PCVE, justamente para estudar emissões no campo, emissões com
307 veículos. Como os senhores sabem o PROCONVE trabalha com veículos e
308 motores novos, e faz testes laboratoriais indoor e agora com esse programa, nós
309 temos recursos para dirigir medições em veículos reais, veículos com 10, 15, 20
310 anos de uso e que rodam verdadeiramente nas cidades brasileiras, ou seja, não
311 são veículos ideais, são veículos que podem ser encontrados na realidade
312 nacional em uso no nosso clima, nas nossas condições, nas nossas estradas, na
313 nossa intensidade e esse certamente a partir daí teremos um novo olhar, nós
314 poderíamos ter um novo olhar para questão das emissões e para a própria

315 avaliação do PROCONVE, especificamente em relação à questão que ensejou a
316 elaboração, a realização da reunião extraordinária que foi, desculpe e obrigada, o
317 pessoal está aqui me ajudando; o nome do programa é Programa Brasileiro de
318 Combustíveis, Tecnologias Veiculares e Emissões, PCVE. Desculpe pessoal, um
319 nome desse está perdoada. Obrigada por serem indulgentes comigo. Mas é isso o
320 programa estratégico vai nos dá um novo olhar e nós vamos compartilhar essas
321 informações, e todo esse esforço de buscar ter leituras verdadeiras, leituras de
322 campo para que possamos apreciar aqui com vocês nessa Câmara Técnica.
323 Finalmente sobre o ARLA 32. O ARLA 32 foi objeto de uma reunião extraordinária
324 pela grande preocupação que ensejou quanto a constituir o Programa da Burla do
325 ARLA 32, que foi verificado em fiscalizações do Ibama, da Polícia Rodoviária
326 Brasileira em diversos pontos no Brasil ao longo do ano passado, ele foi visto por
327 todos os membros da CAP como um ponto de preocupação por poder representar
328 um possível retrocesso nas atuais fases do programa, especialmente na fase P7 e
329 veículos pesados, que são aqueles que fazem uso desse insumo que
330 fundamentalmente é um composto de ureia para poder garantir, ele faz parte da
331 estratégia para poder garantir o limite de emissão preconizado na fase P7. Esse
332 tema continua a ser um desafio para a implementação do PROCONVE, não houve
333 ainda uma demonstração dos fabricantes de veículos no Brasil de que haja uma
334 solução técnica que impeça a burla feita a partir de um dispositivo eletrônico
335 colocado nos veículos e a estratégia que temos de paliativo nesse momento é a
336 intensificação da fiscalização. Isso está sendo feito pelo Ibama e pela Polícia
337 Federal, mas obviamente é uma estratégia paliativa, não é uma estratégia
338 definitiva, visto que nas dimensões da frota e do país não há fiscalização que
339 possa impedir sistematicamente e de forma definitiva essa burla. Então, segue a
340 preocupação e o olhar atento da Comissão em relação a essa questão e isso já
341 ensejou que a Comissão começasse a avaliar a pertinência, iniciasse a discutir a
342 pertinência desse problema ser um eventual gatilho para iniciarmos discussões
343 sobre uma fase P8, digo isso, porque nas análises da Comissão avaliamos uma
344 série de informações e estudos ao longo do ano passado, e desse ano que
345 indicam que a fase P8 pode conter em si mesma dispositivos técnicos que
346 superem o problema da burla do ARLA 32, e é exatamente isso que aconteceu em
347 alguma medida na implementação do programa europeu na União Europeia e isso
348 ensejou lá a mudança de fase, e essa mesma discussão começa a ser apropriada
349 no âmbito da CAP visualizando qual seria a pertinência de avaliarmos e
350 começarmos efetivamente a debater no âmbito desse Conselho a perspectiva de
351 avançarmos da fase P7 para a fase P8. Um ponto estratégico para compartilhar e
352 finalmente encerrar essa apresentação é dizendo que um dos principais desafios
353 para a evolução da fase P7 para P8 está justamente na qualidade dos
354 combustíveis. Esse é para todos os países que avançaram nessa implementação
355 um grande desafio e o Brasil hoje superou esse desafio, como pude demonstrar
356 aqui, com o sucesso da implementação do diesel S-10, da gasolina S-50 e do
357 diesel S-500 no Brasil. Então, esse é o nó górdio para todos os países, no sentido
358 de poder evoluir para a fase P8 e o Brasil já tem comprovado, e testado que
359 implementou esse estande de combustíveis com sucesso em todo o país, o que

360 nos anima a poder pensar e discutir em bases mais concretas a possível evolução
361 para a fase P8. Muito obrigada. Bom dia e ficamos à disposição para
362 esclarecimentos.

363

364

365 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Dra. Letícia muito obrigada. Eu
366 pergunto aos Conselheiros se há algum questionamento, algum pedido de
367 esclarecimento, alguma pergunta sobre o relatório apresentado.

368

369

370 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Primeiro Letícia, eu gostaria de
371 agradecer a apresentação, eu acho que evoluiu muito da apresentação realizada
372 na reunião passada e realmente essa atendeu, me senti muito incomodada e
373 reclamei isso na reunião passada, me senti muito incomodada na apresentação da
374 reunião passada e essa trouxe o esclarecimento que nós queríamos. Eu só
375 gostaria que fosse disponibilizada essa apresentação lá no site, porque não é
376 essa que está lá.

377

378

379 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Jacimara.

380

381

382 **A SR^a. JACIMARA GUERRA MACHADO (IBAMA)** – Bom dia a todos. É um
383 prazer estar aqui pela primeira vez depois de tantos anos fora da casa. Eu
384 gostaria só de lembrar Zilda, que a cartilha da ARLA foi feita em parceria com a
385 AEA e ela está disposta no site do Ibama, está disposta no site do Ibama à
386 disposição naturalmente daqueles interessados. E, além disso, essa cartilha foi
387 feita com o propósito de atingir o público-alvo, que são os caminhheiros. Então, a
388 linguagem dela já foi toda trabalhada nesse sentido. Então, vale a pena divulgar
389 isso entre os parceiros e entre os nossos membros para que ela seja realmente
390 consultada e aprimorada em relação a evolução. Obrigada.

391

392

393 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada Jacimara. Obrigada
394 Ibama. ABES, mais alguma colocação?

395

396

397 **A SR^a. LUCIANA MARIA BAPTISTA VENTURA (Governo do Rio de Janeiro)** –
398 Na verdade, o que foi apresentado mostra a evolução quanto a questão do
399 controle da poluição veicular, as estratégias adotadas para o controle da poluição
400 veicular, tendo em vista que nos últimos inventários de poluição atmosférica a
401 poluição veicular é de suma importância, é de extrema dimensão. Então, por isso
402 a necessidade de um programa como esse evolutivo. Fico feliz em saber que aqui
403 continua, você tem já uma pretensão de ir para uma fase P8 do diesel no
404 inventário que vamos publicar agora do Estado do Rio de Janeiro este mês mostra

405 que os veículos a diesel são os mais impactantes na questão da poluição do ar.
406 Então, tem que de fato continuar essa evolução quanto ao controle desse tipo de
407 veículo e aí vem uma sugestão na questão dos indicadores que poderia ser
408 apresentado os fatores de emissão, são dados que a própria CETESB já têm e
409 eles mostram se você está conseguindo nos ensaios que a CETESB faz com n
410 veículos tem um percentual que é bastante significativo de veículos que são
411 amostrados, se eles estão atendendo os fatores de emissões preconizados nas
412 resoluções, ou não, assim como você colocou os limites para o diesel, bem como
413 você falou para que o PROCONVE seja efetivo, você tem que melhorar tanto a
414 qualidade do sistema de controle, quanto dos combustíveis. Então, o fato que
415 mostra a eficiência do todo seria um fato de emissão se ele está conseguindo
416 atender os preconizados nas resoluções.

417

418

419 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
420 **MMA)** – Obrigada Luciana, Jacimara. Só complementando. Nós temos os fatores
421 de emissão, eles estão detalhados no relatório, você tem toda razão na próxima
422 apresentação podemos compor, explicar um pouco mais a metodologia,
423 mencionar a questão dos fatores de emissão e trazê-los aqui de forma a iluminar
424 melhor esse aspecto, você tem toda razão, o conjunto da obra são as duas
425 questões qualidade do combustível e certificação dos veículos. E já que estou
426 ainda aqui com o microfone ligado, eu vou dizer que queria compartilhar com
427 vocês que para mim tem sido uma enorme satisfação o trabalho frente a CAP, nós
428 temos o maior entusiasmo com essa Comissão e com as potencialidades, e
429 possibilidades que ela traz para que nós discutamos previamente, tecnicamente e
430 complemento o trabalho dessa Câmara Técnica, porque essa Comissão nada
431 mais é do que um órgão subsidiário do CONAMA a serviço desta Câmara Técnica.
432 Então, nós estamos a serviços dos propósitos da Câmara Técnica e o que nós
433 esperamos poder fazer, eu acredito que faremos bem o nosso trabalho, quanto
434 mais pudermos trazer aqui as elucidações necessárias que levem os senhores a
435 avaliarem a necessidade e a pertinência de nos movermos especificamente na
436 evolução da implementação dos dois programas. Então, essa é a
437 responsabilidade que a Câmara Técnica tem e eu como Presidente da Comissão
438 estou a serviço junto com a equipe do Ministério, e com os demais colegas que
439 compõem a CAP para sermos os mais precisos, claros, contundentes e
440 aprofundarmos o mais possível os estudos que possamos trazer aqui para
441 compartilhar com vocês para decisões futuras sobre a evolução dos programas.
442 Eu espero que na próxima, ao longo desse ano nós vamos evoluir nessa
443 discussão na CAP e espero que no ano que vem nós possamos vir com uma visão
444 bem mais contundente sobre a pertinência, especialmente desse aspecto da fase
445 piloto. Eu queria também e não posso deixar de sinalizar a importância do trabalho
446 do Ibama, que Jaciara mencionou muito bem, que dentro desse processo de
447 paliativos imediatamente tratou de produzir informação, educação,
448 conscientização com base nessa cartilha como instrumento, mas em toda uma
449 campanha que não é só punitiva, ela é instrutiva também, porque sem isso não

450 há, sem o convencimento daqueles que são os verdadeiros implementadores da
451 fase não há como os que são os caminheiros, especificamente, não há como se
452 mover eficientemente na trajetória do programa. Obrigada.

453

454

455 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada Letícia. Eu corroboro
456 com as palavras da Célia, eu acho que o relatório, claro que o aprimoramento
457 sempre surge, mas acho que ficou muito bom e muito claro, e espero que nós
458 consigamos. Eu só fico com um pouco de pena, porque nós temos um cuidado tão
459 especial em fazer esses relatórios e na última reunião do CONAMA para mim isso
460 ficou muito patente, os relatórios ficaram para a tarde e os Conselheiros já tinham
461 ido em embora, não se apropriam das informações e depois em alguns casos
462 acabam cobrando dos órgãos de governo, ou dos órgãos que coordenam essas
463 instâncias: como está isso? Nós não sabemos; mas nem todo mundo está lá para
464 ver as apresentações e nós acabamos não se apropriando dessas informações.
465 Eu acho e tem várias resoluções desta Câmara Técnica que tem que apresentar
466 relatório lá, a 362 do óleo lubrificante usado, é pneus, é a CAP. Então, tem
467 algumas, eu acho que são só essas três, falei várias, mas são só essas três. Mas
468 isso é recorrente do pedido de informações sobre esse assunto. Mas eu queria
469 parabenizar a Dra. Letícia que coordena esse grupo. Fazer só uma
470 complementação, nós temos o hábito, os órgãos do Sisnama municipais,
471 estaduais e federal, de trabalhar muito com o comando e controle e acho que o
472 PROCONVE para nós ainda que somos do Ibama e acompanhou a evolução, é
473 um programa que já tem quase 30 anos, 30 anos fez, não é? Esse ano está
474 fazendo 30 anos, não é? Então assim, ele é um programa que deu certo, quando
475 ele fez 20 anos nós fizemos um evento grande no Ibama, o CONAMA participou,
476 fez no CONAMA também, porque houve uma parceria muito importante entre a
477 indústria, não é Wanderley? Nós não conseguimos fazer um programa desse
478 porte sem discutir com a indústria prazos, por mais que sejamos órgão de controle
479 e fiscalização e fale em nome dos órgãos estaduais, municipais e o órgão federal,
480 que é o Ibama, nós precisamos trabalhar junto. Letícia falou da complexidade, é
481 um programa que você discute o combustível, nós do Governo Federal temos que
482 discutir com Ministério de Minas e Energia, com Petrobrás, com ANP e com a
483 indústria; no início quando não tinha a CAP, não tinha essa organização, esse
484 trabalho era feito com a AEA, que é parceira até hoje, Associação de Engenharia
485 Automotiva, ela promovia reuniões, debates e lá se construía..., como se
486 construiria essa fase. Eu acho que o CONAMA é o órgão mais apropriado para
487 que isso ocorra, a AEA participa, mas eu acho que essa casa é a casa de fazer
488 esse tipo de debate, discutir as bases futuras e discutir a implementação do
489 programa. Parabéns e nós aguardamos a apresentação na próxima reunião que
490 vai ser realizada agora no final do mês. Alguma pergunta a mais? É lógico, bem
491 lembrado Letícia, bem lembrado. Eu pediria, então, se ninguém tem..., você tem
492 mais alguma pergunta ou não? A indústria podia se manifestar. Wanderley.

493

494

495 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Bom dia a todos. Eu acho que
496 o relatório apresentado aqui não deixa margem de dúvidas, nós vamos aguardar
497 agora o resultado da discussão da CAP a respeito das novas fases para o
498 PROCONVE e nós poderemos discutir aqui na Câmara Técnica, uma coisa muito
499 importante para ser falada, mas não está diretamente ligada a isso é que isso vale
500 para veículos fabricados a partir de determinado ano, quer dizer, nós temos no
501 Brasil um problema sério de frota antiga que poluem muito e que causa problemas
502 de qualidade do ar em todas as grandes regiões metropolitanas, que é um
503 problema que extrapola a questão ambiental, a questão de renovação de frota,
504 mas é algo que acho que o Conselho tem que sinalizar o Governo a
505 necessidade..., eu acho que ele está trabalhando para isso, mas de dar
506 andamento ao programa mais efetivo que nós possamos trocar veículos que estão
507 aí com mais de 20 anos, é significativo, eu não sei exatamente o número, a CNT
508 não está aqui hoje, mas o número é maior que 50% da frota. Então, isso é um
509 ponto significativo, eu não tenho nenhuma consideração em relação ao relatório e
510 pela CNI pode ser aprovado.

511

512

513 **A SRª. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada Dr. Wanderley,
514 representante da CNI. É um outro ponto, nós temos que trabalhar a expansão dos
515 programas de inspeção veicular que só tem no Rio de Janeiro, isso é uma coisa
516 que o Sisnama precisa se mobilizar para que isso ocorra, é uma obrigação que
517 corresponde minimamente ao Órgão Estadual de Meio Ambiente, e a dificuldade
518 nós entendemos, mas é algo que precisa evoluir, eu acho que sem isso nós não
519 completamos a roda do Sistema de Monitoramento da Qualidade do Ar. Então,
520 nós temos esse avanço todo, mas nós conseguimos muito pouco em relação ao
521 veículo que já está em uso, já está rodando há cinco, dez, vinte anos. A CNT tem
522 um discurso, tem dados e tem informações sobre isso e que não pode ser
523 desprezadas, mas nós precisaríamos avançar dentro do SISNAMA nessa outra
524 parte. Podemos votar? Eu peço aqueles que se manifestam favoráveis a
525 aprovação do relatório para apresentação na próxima Reunião Ordinária do
526 Conselho que se manifestem. Favoráveis. Sete votos favoráveis. Aqueles que são
527 contra o relatório. Nenhum voto contrário. O que se abstém? Você votou a favor?
528 Então, são oito votos. Eu não preciso votar e acho que não tem necessidade.
529 Jacimara está votando em nome do Governo Federal. Então, obrigada. Vamos
530 passar para o próximo ponto de pauta? É prorrogação do prazo do GT de
531 compostagem. Bom, eu mesma estou coordenando esse GT, nós tivemos já duas
532 reuniões, a última reunião foi em abril. Nós tivemos, olha nós estamos com uma
533 participação bem boa, essa sala costuma ficar cheia, bem diversa e bem
534 representativa, a Sociedade Civil, da indústria, dos órgãos estaduais. A ideia
535 nossa, como vocês bem sabem, é construir uma Resolução que indique a
536 qualidade do composto, eu queria adiantar alguma coisa já em relação a segunda-
537 feira, que vou fazer uma apresentação um pouco mais detalhada na segunda,
538 como os senhores sabem isso já foi dito na última Reunião Ordinária do Conselho,
539 nós estamos discutindo a revisão do marco regulatório do licenciamento

540 ambiental, estão havendo projetos de lei no Congresso Nacional sobre o assunto,
541 o Ministro pediu que esse assunto fosse tratado com bastante cuidado, está
542 preocupado com a matéria, os trabalhos da GT da Câmara Técnica de Controle
543 Ambiental, mas estão por enquanto suspensos diante dessa avaliação dos
544 projetos de lei que estão em tramitação na Câmara e no Senado, e nós refletimos
545 internamente aqui no Ministério, principalmente nós refletimos com os técnicos da
546 nossa área que o Departamento que estou à frente aqui no Ministério é o
547 Departamento de Ambiente Urbano que trata da questão de resíduos sólidos.
548 Então, nós fizemos um esforço para não conflitar com a revisão do marco do
549 licenciamento tentar limpar o texto da Resolução naquilo que diz respeito: isso fará
550 parte do licenciamento, isso é pré-requisito para não contaminar essa discussão
551 do licenciamento ambiental que está ocorrendo. Então, como nós nos propusemos
552 a tratar de uma Resolução sobre qualidade do composto, nós vamos mudar
553 alguns termos por controle que, porventura, haja em relação há alguma graduação
554 e também tiramos, conversamos isso com o MAPA, o MAPA não está aqui
555 presente, mas vai estar na reunião do GT, alguns pontos que nós sentimos no
556 debate nessas duas primeiras reuniões que seriam mais importantes de serem
557 abordados na norma do MAPA que está em processo de revisão, na Portaria do
558 MAPA que está em processo de revisão, que regulamenta o uso do composto.
559 Então, isso nós vamos explicar com mais detalhes na segunda-feira, só para
560 adiantar. Então, pergunto aos senhores se todos concordam para que tenhamos
561 um prazo prorrogado para mais seis meses em relação ao GT que trata qualidade
562 do composto. Alguma manifestação específica sobre o assunto? Pediria, então,
563 posso passar a votação? Aqueles que são favoráveis a prorrogação por seis
564 meses, por favor, se manifestem. Sete. O Wanderley está ausente, ele saiu para
565 atender o telefone. Algum voto contrário? Não. Ausência do Wanderley, não sei se
566 é ausência ou abstenção. Ausência. Dentro da celeridade que nós nos propomos.
567 Bom, fósforo, prorrogado por mais seis meses a partir da data de hoje. Então, nós
568 temos até janeiro para concluir os trabalhos. Eu acredito que seis meses nós
569 consigamos, eu acho que com essa proposta que nós vamos discutir segunda-
570 feira já pacifica muitas dúvidas que nós vimos tendo, claro que todo mundo vai
571 ainda sugerir em cima do texto que o Ministério está propondo, mas eu acho que
572 foi colocado no prazo, todo mundo que vem para a reunião já deve ter se
573 apropriado da proposta do Ministério. Bom, no ano passado tinha sido proposto
574 pelo Instituto Guaicuy Sos Rio das Velhas, pelo Polignano, a revisão da Resolução
575 359 que trata do teor de fósforo 359/2005, que define o teor de fósforo na
576 formulação de detergentes em pó em uso no mercado nacional. Lembrando aos
577 senhores que essa Resolução foi aprovada em 2005, ela criou alguns teores
578 progressivamente mais restritivos de fósforo e ao final dele o grupo apresentou um
579 relatório nessa Câmara Técnica sobre os resultados, não zerava o teor de fósforo
580 para detergentes em pó de uso no mercado nacional. Eu me lembro que o setor
581 industrial, se não me falha a memória representada pela BIPEC, não? ABIPLA,
582 perdão, troquei. ABIPLA, exatamente Wanderley, obrigada. Ele apresentou um
583 relatório em que ele apontava todo o esforço que foi feito em função da redução
584 de teor de fósforo, que foi declarado no CTF do Ibama; o Ibama monitorou essa

585 declaração anual, ela primeiro era trimestral, depois passou a ser anual e apontou
586 alguns outros pontos possíveis de serem analisados de eutrofização dos rios.
587 Bom, está Câmara Técnica recebeu um parecer contrário do Ibama e do
588 Ministério, mas assim mesmo os Conselheiros optaram pela formação do Grupo
589 de Trabalho. Nós tivemos uma dificuldade aqui no Ministério em relação a esse
590 Grupo de Trabalho, nós não tivemos indicações suficientes representativas do
591 setores que estão no CONAMA para que esse grupo pudesse ser convocado; a
592 Célia foi eleita a coordenadora do grupo, era o relator e vice-presidente, quem era
593 o relator? CNI, mas nós não tivemos, inclusive não sei se passou por conta
594 dessa..., pegou o período do final do ano, houve aquela primeira reforma
595 ministerial, teve algumas mudanças que foram refletidas no CONAMA, mas nós
596 não tivemos indicações suficientes. Assim, então, o grupo não foi convocado. A
597 Adriana está me passando aqui e vou ler rapidamente. O art. 49 do Regimento
598 Interno quando fala da composição dos grupos de trabalho, fala que os GTs serão
599 compostos por no mínimo dez membros garantida a indicação de dois membros
600 de cada um dos cinco segmentos representados no CONAMA. Então, a nova nós
601 não tivemos isso nessa indicação, inclusive até o próprio Instituto Guaicuy não
602 indicou representante, que é o proponente que normalmente se coloca a frente
603 para representar. Então, isso posto, eu tenho que trazer essa questão para ser
604 novamente deliberada, se permanecemos com a conformação sugerida no ano
605 passado para o Grupo de Trabalho, se permanecermos com o Grupo de Trabalho,
606 se permanecermos com as indicações que foram feitas de coordenador, relator e
607 vice coordenador, se o assunto permanece sendo importante e aí evocar o que
608 acontece para aqueles que não estão acostumados? Normalmente quando nós
609 saímos aqui da aprovação de um GT, o ponto focal daquele GT, quem propôs a
610 criação daquele GT, assim fizemos com compostagem recentemente, indica o
611 setor, além do CONAMA, os setores que gostaríamos que participassem aqui;
612 normalmente são indicados por um Conselheiro do CONAMA e nisso fazemos a
613 composição, normalmente é uma discussão. Eu me lembro que compostagem,
614 estava faltando algum setor, eu não sei se Órgãos Estaduais de Meio Ambiente, aí
615 lá na nossa área nós fizemos um esforço de contactar algumas OEMAs e pedir
616 que eles indicassem, e com isso conseguimos fechar a representatividade
617 esperada. Então, isso posto ainda é um tema importante para ser deliberado?
618 Ainda procede, eu não estou fazendo aqui nenhum juízo de valor, estou fazendo
619 como não tivemos o grupo convocado, porque não houve representantes
620 suficientes, se esse tema ainda é importante e o esforço que deve ser feito para
621 que todos indiquem representantes para poder trabalhar na revisão da Resolução.
622 Eu abro a palavra. Manara.

623

624

625 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Bom dia a todos. Parabéns
626 Zilda pela condução a Presidência. Sobre a questão, eu acho que caberia a
627 proposta de prorrogação, porque eu acho que no Regimento não tem prazo
628 estabelecido, tem prazo de instalação?

629

630 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – No Regimento informa,
631 nós até trouxemos isso para não haver nenhum tipo de problema com a vigência
632 do Grupo de Trabalho. No Regimento Interno informa que tem 90 dias para ser
633 instalado, ele não informa qual seria o caso de não instalação. Então, para não
634 haver nenhum tipo de questionamento depois com relação à questão do GT, aí a
635 ideia seria submeter novamente para ter uma nova apreciação pela Câmara
636 Técnica e aí esse prazo passa a correr novamente. Exatamente isso.

637

638

639 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Mas não caberia, aí para
640 sermos justos com o debate que assegurou a criação do GT, uma prorrogação de
641 um prazo por mais 30 dias, ou 60 dias não cabe uma proposta dessa e deliberar
642 aqui pela prorrogação antes de se rediscutir e propor outro encaminhamento.

643

644

645 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – Ela é bem razoável
646 realmente tem até uma questão de bom senso. No entanto, não há essa previsão
647 regimental, o que nós estamos tentando cuidar é para a questão Regimental para
648 não ter nenhum tipo de questionamento quanto a legitimidade do GT, a questão é
649 essa, porque realmente a questão é bem razoável isso, mas vamos prorrogar em
650 função de alguns fatores é razoável, realmente isso não questiona. Mas depois
651 não haver nenhum tipo de questionamento quanto a legitimidade desse Grupo de
652 Trabalho, do resultado do Grupo de Trabalho, não há previsão de prorrogação do
653 prazo para implementação, para implantação do GT. Então assim, realmente a
654 questão é mais essa questão legalista para não haver esse tipo de problema e
655 isso também aí até lembrar pode também decidir pela continuação da discussão
656 dentro da Câmara Técnica, a instalação e a implementação do GT, a não
657 instalação do GT não significa que é o fim de repente da discussão, pode-se
658 continuar discutindo na Câmara Técnica, ou então, a Câmara Técnica se for
659 receio como tem sido, eu acredito que o receio, é de extinguir a discussão, mas
660 ela pode continuar também. Então, a criação ou não do GT não tem relação direta
661 com essa pauta, com esse assunto. Está certo?

662

663

664 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Então, uma outra dúvida é
665 se o fato de submeter para uma votação agora, uma prorrogação do prazo não
666 pacificaria a questão da falta de legitimidade dessa decisão o fato de submeter a
667 votação não resolve isso?

668

669

670 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – Eu tenho um pouco de
671 receio com relação a isso, porque a Câmara Técnica não tem essa autonomia; o
672 Plenário talvez tivesse, talvez a Plenária tivesse essa prerrogativa, mas a Câmara
673 Técnica em si não.

674

675 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Eu digo isso João, porque
676 eu entendo a preocupação, é lógico que tem que se assegurar a legitimidade
677 dessa decisão, mas eu acredito que nós não tenhamos hoje os instrumentos,
678 informações e até pessoas aqui para reabrir essa discussão. Eu acho que ficaria
679 pendente de algumas posições e carente de algumas informações que nós
680 tivemos como assegurar na reunião que decidiu pelo encaminhamento pela
681 criação do GT. Então, eu acho que ficaria e iria imperar um ar de injustiça em
682 razão daquilo que foi discutido e debatido. É uma discussão daqueles que não
683 estavam,

684

685

686 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Manara, mesmo no dia o
687 Polignano não estava presente aqui.

688

689

690 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Eu digo que caiu no meu
691 colo até essa defesa aí, mas é que eu falo até em nome do proponente não,
692 porque também não tive essa incumbência, mas eu invoco aqui a questão da
693 justiça mesmo para não sermos injustos de enterrar um assunto que ali decidimos
694 ser importante. Então, eu creio que é importante sim buscar uma forma regimental
695 para que, aliás, o placar ficou como na criação do GT? Ou faltaram quantos?

696

697

698 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – Ficou empate e foi com
699 voto de qualidade.

700

701

702 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Não, desculpa, eu estou
703 falando os membros para criação do GT é no mínimo dez, não é?

704

705

706 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – É no mínimo dez com a
707 garantia de participação de dois por segmentos. Então, nós tivemos o prazo foi um
708 pouco estendido, a Célia até sugeriu que fosse mais estendido e nós não tivemos
709 dificuldade pelo seguinte, houveram mudanças de Conselheiros, que foi feito no
710 período que estava ali no prazo. Então, nós estávamos recebendo muita indicação
711 de não Conselheiros, quem era o Presidente do Órgão Ambiental do Estado
712 estava indicando, mas ele não era Conselheiro, ele não podia indicar, então, nós
713 solicitávamos. Isso aconteceu com o Estado da Bahia, com o Estado de
714 Tocantins, Minas Gerais nós tivemos essa questão também. Então assim, nós
715 acabamos entrando nessa situação. Então, são indicações que não tinham
716 validade. Da Sociedade Civil, agora posso estar enganado se foi compostagem ou
717 se foi esse de fósforo, mas também da CTNC dos trabalhadores do comércio,
718 também tivemos essa dificuldade e da CNC também tivemos, porque a indicação
719 foi feita pelo Presidente da CNC, porque eu acho que em todas as indicações tem

720 que ser feita pela Presidência e aí nós também tivemos essa dificuldade de que só
721 ele tem essa competência para fazer indicação, e aí nós precisávamos da
722 indicação do Conselheiro, nós tivemos que pedir para o Conselheiro ratificar, a
723 CNI também aconteceu isso. Então, isso já estava um pouco fora do prazo,
724 quando aconteceu já foi fora do prazo. Então, nós tivemos esses problemas
725 operacionais. Então, não conseguimos todas as indicações no momento da
726 implementação e até hoje ainda há alguns estados que não nos encaminharam à
727 indicação correta, não ratificaram, não corrigiram a indicação e nisso passou-se o
728 prazo. Então, a ideia seria essa assim, era colocar, submeter novamente a
729 Câmara Técnica para não haver questionamento sobre legitimidade do trabalho do
730 resultado, porque isso nós já passamos por alguns questionamentos posteriores,
731 anteriores aí. Então, nós estamos querendo precaver este tipo de situação que
732 realmente no bom senso a prorrogação, continuidade seria, mas regimentalmente
733 nós temos essa dificuldade para poder depois sustentar o trabalho do Grupo de
734 Trabalho.

735

736

737 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Eu queria perguntar o
738 seguinte, mesmo durante a colocação, nós sentimos que tem alguns setores que
739 tem resistência a discussão. Eu acho que a discussão do fósforo cabe naquele
740 sentido, eu estava até conversando com a Zilda anteriormente, e cabe uma
741 discussão de fósforo mais ampla também, que não é nessa deliberação, é em
742 outra que vamos poder encaminhar em outras ocasiões. O que eu queria saber é
743 o seguinte, nós sentimos que tem resistência de alguns setores se não houver, por
744 exemplo, se algum setor não fizer a indicação Manara, acaba que nós não
745 conseguimos formatar um grupo e aí as discussões não prosseguem. É isso que
746 pode acontecer novamente e nós não conseguimos fazer a formatação do GT. Aí
747 eu queria saber como é que pode ser dado prosseguimento a isso, por exemplo,
748 nós não conseguimos formatar esse GT agora; a Sociedade Civil pode
749 reencaminhar um pedido desses com algum novo formato? Essa discussão pode
750 vir a Câmara Técnica de alguma outra forma? Como isso pode seguir aqui dentro
751 da Câmara Técnica?

752

753

754 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Célia, eu tenho uma sugestão
755 assim, eu acho que o assunto não está totalmente morto. Então, nem nós estamos
756 querendo retirar o assunto de pauta. Eu acho que como existe um prazo dentro do
757 Regimento para instalação do GT os 90 dias, mas eu acho que podemos aqui,
758 salvo melhor juízo, podemos votar a prorrogação do grupo, da mesma forma como
759 ele foi aprovado em outubro do ano passado; e fazer um esforço de convocação,
760 de indicação dentro do Conselho. Lembrem-se que houve uma mudança de
761 Conselheiros no início do ano, houve uma primeira reforma ministerial, pelo menos
762 da parte do Governo houve essa mudança, e houve a segunda quando assumiu o
763 presidente interino Michel Temer, mas nós podemos agora, vários Conselheiros
764 novos tomaram posse na última Reunião Ordinária, nós podemos fazer um

765 trabalho de pedidos de indicação para esse GT, eu acho que isso é possível nesta
766 falha do Regimento. Então, nós aprovamos aqui também a prorrogação do prazo e
767 faríamos depois em paralelo, e aí peço a ajuda de vocês também, nós vamos nos
768 mobilizar aqui no Ministério de enviar mensagens, pedir indicação dentro do
769 Conselho para que possa... Eu acho particularmente que a revisão por si só, eu
770 me recordo que na apresentação da ABIPLA, na apresentação o comentário da
771 ABIPLA é que praticamente os grandes fabricantes nacionais produzem
772 detergentes praticamente sem fósforo, essa medida traria a restrição para os
773 pequenos fabricantes, nós sabemos que isso é. Mas eu acho que até conversei
774 com a Célia sobre isso, nós estamos pensando aí outras coisas que possam
775 tentar resolver o problema do indicativo, de parâmetros, de variáveis ambientais
776 para eutrofização em cursos d'água, mas vamos fazer isso que foi solicitado pelo
777 Instituto Guaicuy, pelo Polignano de reconvocar o grupo e estudar essa
778 possibilidade de revisão da matéria, ou de criação, ou de redução, ou de outros
779 instrumentos que foram passíveis de serem inseridos, porque a revisão é proposta
780 pelo Conselheiro em cima de um artigo de dois, de três, mas o grupo depois pode
781 descobrir outros pontos. Alguém mais quer se manifestar sobre esse assunto, ou
782 posso colocar em votação a prorrogação do GT por mais seis meses?

783

784

785 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (DConama)** – Então, na
786 verdade o GT não foi nem instalado, o que tem que ser prorrogada é a instalação
787 do GT, todo mundo saindo daqui já com essa perspectiva de que tem que entrar
788 em contato com as áreas para que indiquem representantes. Por mais três meses.
789 E o DConama faz um novo ofício aos Conselheiros, porque toda vez que a
790 Câmara decide pela criação de um GT, nós fazemos um ofício dando ciência e
791 pedindo a indicação de membros.

792

793

794 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Por favor, na hipótese de
795 novamente nós não conseguirmos instalar o GT o assunto volta para a Câmara
796 para deliberação, eu acho que nesse caso nós temos que voltar a discussão do
797 mérito, porque viu Manara, nós indicamos, a CNI fez a indicação, até porque me
798 comprometi aqui que seríamos relator do processo. Nós fomos voto vencido na
799 questão, porque a questão do fósforo é uma questão, principalmente a questão de
800 falta de saneamento no Brasil é um problema muito mais sério que nós
801 compartilhamos e aí temos total alinhamento com a Sociedade Civil ambientalista,
802 que é algo que é um passivo horrível que nós temos no Brasil. Nós temos feito
803 esforços na CNI para destravar a agenda do saneamento, que é uma agenda
804 ambiental, mas também de infraestrutura, mas nós no Brasil temos dificuldades
805 enormes impressionante como as coisas aqui são difíceis de serem
806 materializadas. Então, a CNI não se opõe a criação da prorrogação do prazo de
807 instalação do GT e aí gostaria que colocasse essa condicionante, que se nós não
808 conseguíssemos instalar uma segunda vez, eu acho que nós temos que vir aqui

809 debater o tema e finalizar isso. Se vocês estiveram de acordo não me oponho a
810 ampliação do prazo para instalação, é noventa dias, não é isso? Obrigado.

811

812

813 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Antes de passar a palavra a
814 Manara. Wanderley, assim a condicionante seria o registro disso na nossa reunião
815 e a nossa lembrança de que isso vai ser colocado aqui de novo daqui há três
816 meses para nós podermos debater.

817

818

819 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – Isso fica registrado na
820 memória da nossa reunião claramente em relação ao encaminhamento que está
821 sendo dado aqui.

822

823

824 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Eu quero concordar com o
825 Wanderley, está perfeito, está tudo dentro da roupagem do veste no que é justo.
826 Realmente se mais três meses, se nós não conseguimos instalar esse GT, tem
827 que discutir, tem que voltar a discussão de mérito e dar um outro encaminhamento
828 até enterrar a proposta e/ou modificá-la para ser mais abrangente no que vocês já
829 colocaram que há uma discussão para torná-lo mais abrangente, mas perfeito, eu
830 concordo totalmente com o Wanderley, se não conseguirmos nesses três meses,
831 volta a discutir mérito e dá outro encaminhamento.

832

833

834 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Perfeito. Mais alguma
835 colocação? Não. Vamos colocar, então, em votação a prorrogação por mais três
836 meses do prazo do grupo e nesse compromisso nosso o CONAMA, o Ministério
837 do Meio Ambiente se compromete a rapidamente comunicar aos Conselheiros e
838 pedir uma indicação e nós fazemos isso para aqueles que ainda não indicaram.

839

840

841 **A SR^a. CÉLIA REGINA ALVES RENNÓ (ABES)** – Eu vou pedir tão logo vocês
842 consigam esse retorno, vocês me informem também para que ABES possa fazer
843 junto com o Instituto Guaicuy para nós também fazermos as devidas
844 comunicações. Está bom?

845

846

847 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Perfeito. Obrigada Célia.
848 Aqueles que são favoráveis a prorrogação por mais três meses, por favor, se
849 manifestem. Oito. Todos se manifestam favoráveis a prorrogação. Vamos, então,
850 para o ponto de pauta 4.2, que é a proposta de revisão da Resolução 432, de
851 2011, está Resolução estabelece as novas fases de controle de emissões de
852 gases poluentes por ciclomotores, motociclos e veículos similares novos e dá
853 outras providências; foi proposta pela Proam e houve um debate iniciado na última

854 reunião e nós trouxemos, não conseguimos deliberar sobre o arquivamento ou
855 não da proposta e esse assunto retorna aqui a Câmara Técnica com um indicativo
856 de arquivamento pelos motivos de... Essa Resolução foi pedido a revisão das
857 fases e me corrige João, quando é que foi que o Proam pediu?

858

859

860 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – Essa foi uma proposta
861 apresentada pelo Bocuhy no época do Proam, foi em 2013 apresentou com
862 caráter de urgência na Plenária do CONAMA, agora não me recordo exatamente
863 qual Plenária, mas foi em 2013 que ele apresentou isso. Então, com a
864 apresentação foi submetida ao CIPAM e aí a proposta admitida pelo CIPAM e foi
865 encaminhada para a Câmara Técnica, e aí houve uma discussão dentro da
866 Câmara Técnica sobre o mérito mesmo da proposta apresentada, como ocorreu a
867 proposta, se a proposta era viável, ou não era viável. Então, houve essa discussão
868 e posso linkar já um... Então assim, porque acaba que esses dois processos estão
869 linkados o 4.2 e o 4.3 está linkado, porque na Câmara técnica verificou-se...,
870 estava verificando uma impossibilidade técnica de implementação dessa revisão
871 do 4.2 proposta pela Proam, eu não sou da área, mas era porque tinha que haver
872 um ajuste na indústria e a indústria não conseguiria fazer esse ajuste a tempo de
873 implementação da entrada da nova face que ela propunha a fazer a revisão.

874

875

876 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Teria nove meses para fazer
877 essa entrada e não era tempo hábil para você poder propor a norma de avaliação
878 de deterioração dos equipamentos.

879

880

881 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama)** – Então, aí foi proposto
882 dentro do Grupo de Trabalho, dentro da Câmara Técnica a criação de um Grupo
883 de Trabalho apenas para discutir a necessidade ou não de se alterar essa vida útil
884 do catalisador, e os termos técnicos me desculpem, porque não sou da área, e aí
885 nós solicitamos nesse Grupo de Trabalho que ele subsidiaria a necessidade ou
886 não da revisão proposta. E aí nesse Grupo de Trabalho realmente não houve
887 indicação, eu acho que apenas dois segmentos indicaram. Então, aí Célia até para
888 te esclarecer um pouco a sua questão anterior, nesse eu acho que são apenas
889 dois segmentos indicaram. Então, nesse realmente houve um desinteresse por
890 parte dos segmentos da Sociedade Civil, não digo nem da Sociedade Civil,
891 desculpa, mas dos segmento que estão dentro, cinco segmentos da sociedade.
892 Então, e aí nesse caso realmente como não houve nenhum interesse aí e nunca
893 houve procura também para saber como estaria o encaminhamento. Então, nesse
894 sentido nós estamos propondo tanto aí que vem a proposta de nós arquivarmos
895 esse processo, que esse processo do GT ficou em aberto, nós estamos propondo
896 arquivar, porque realmente não houve interesse pela maioria dos segmentos
897 presentes e também do processo 4.2, aí eu tecnicamente não sei, mas acredito
898 que tenha sido caducado conversando com o técnico alguma coisa nesse sentido

899 que não caberia mais nesse momento fazer essa Resolução e sim se for o caso é
900 uma nova proposta que tem que ser apresentada com os dados atualizados,
901 porque nesse caso os dados apresentados já caducaram se não me engano.

902

903

904 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Antes de eu passar para o
905 Manara, tem o Manara inscrito e depois a Letícia. Então, vejam bem, no momento
906 em que foi pedido não havia tempo hábil passar valer para a próxima fase da 432,
907 conforme o Proam tinha pedido. Aí foi pedido que, então, se discutisse, por meio
908 da criação de um Grupo de Trabalho, por isso que as duas coisas estão
909 misturadas, uma é a viabilidade de alteração, mas não foi proposto nenhum texto,
910 foi só discutir a viabilidade do fator. Manara, eu posso passar para a Letícia
911 esclarecer antes de você? Então está. Letícia, por favor. A Letícia que é a diretora
912 da área, eu acho que tem uma manifestação contrária do Ibama e do Ministério,
913 mas ela pode explicar melhor o que foi proposto.

914

915

916 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
917 **MMA)** – Desculpe, só para complementar a fala do João, uma complementação
918 administrativa que foi a 109^a Reunião Ordinária do CONAMA em março de 2013,
919 onde isso foi apresentado. Tecnicamente você falou muito bem, a síntese é
920 exatamente essa, eu vou só esclarecer um pouquinho mais de que essas duas
921 resoluções estão vinculadas, porque uma é consequência da outra. Foi feita uma
922 proposição, a Proam solicitou em caráter de urgência alteração de um artigo da
923 Resolução CONAMA 432, não houve uma proposta de revisão da Resolução
924 como um todo, mas uma emenda e um artigo com um propósito bem específico e
925 isso ensejou, então, a formação do grupo para discutir sobre essa proposta de
926 emenda que versava sobre o art. 10 especificamente. O art. 10 estabelece que
927 nos processos de homologação os fabricantes importadores devem aplicar os
928 fatores deterioração, conforme a norma ABNT 1408. Além disso, nesse mesmo
929 artigo são determinados os seguintes fatores de deterioração, dez mil quilômetros
930 para ciclomotores, dezoito mil quilômetros para motocicletas, triciclos, quadriciclos e
931 com velocidade máxima menor que cento e trinta quilômetros por hora. Então, isso
932 é especificamente o endereço que a Proam endereçava na proposição que foi
933 feita. A avaliação técnica tanto do MMA, quanto do IBAMA foi fundamentada no
934 sentido da desnecessidade de promover essa alteração, visto que a fase estaria
935 plenamente implementada em 2016 e início de 2014 estaria completamente
936 implementada até 2016, o que de fato aconteceu. Então, isso acaba por em
937 breves palavras tornar sem sentido essa revisão já que a fase está implementada,
938 como acabamos de mostrar no relatório, implementada de forma bem sucedida,
939 conforme o previsto. Então, não haveria necessidade, perde o sentido tanto a
940 proposição de alteração, quanto o ato subsequente que é a formação do GT. Se
941 houver mais dúvidas sobre exatamente os nossos posicionamentos, mas os dois
942 tanto o MMA, quanto o Ibama, na época alegaram essa própria questão temporal
943 de próprio desenvolvimento da fase e, além disso, a Proam tinha uma sinalização,

944 uma preocupação com o fato de que há um uso intensivo dos veículos de
945 motociclos no Brasil especificamente por um segmento, que é dos moto-frentistas,
946 mas a avaliação é de que isso é relevante, mas não o suficiente para invalidar a
947 fase. As nossas estatísticas para invalidar, desculpe, para ter que reformar a fase,
948 as nossas estatísticas sinalizam de que aproximadamente 5% dos veículos
949 motociclos são utilizados por frentistas. Então, eles têm uma relevância, mas a
950 fase contempla com todas as suas características técnicas e tecnológicas a
951 solução desse problema, dado que ela se implementou no tempo, conforme o
952 previsto. Então, isso justificaria o arquivamento de ambas.

953

954

955 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada Letícia. Manara.

956

957

958 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Só traçar alguns pontos aí
959 e complementar a informação bem posicionada da Letícia. Que a proposta do
960 Proam era para se impor a necessidade de uma melhoria tecnológica, porque
961 esses equipamentos nesses ciclomotores com vida útil prevista até 18 mil
962 quilômetros, a proposta do Proam é para que tenha um corte único para 80 mil
963 quilômetros e que a justificativa, até então, utilizada para estabelecer essa vida útil
964 de 18 mil quilômetros seriam os padrões de uso desses veículos da Europa, e que
965 seguramente o uso aqui, principalmente nas médias e grandes cidades brasileiras,
966 elas superam e muito a versatilidade, eu não diria tão somente a questão dos
967 motofrentistas, que é um segmento que no relatório aponta nas estatísticas que
968 vocês apontam seriam na ordem de 5%, mas que sem dúvida nenhuma não
969 abarcam o universo e essa heterogeneidade de uso desses veículos que sem
970 dúvida nenhuma estão aí crescendo a cada ano nessas médias e grandes
971 cidades, e é um fator sim de agravamento da situação da poluição, é um
972 agravante que nós devemos considerar. Então, eu acredito sim que há uma busca
973 para ser colocada para a indústria de uma melhoria tecnológica que possa
974 oferecer equipamentos com uma maior vida útil e também outros argumentos de
975 que a cultura de uso, que foi trazida no relatório, a cultura de uso pelos
976 motociclistas é uma cultura da burla ao equipamento, eu acho que não cabe como
977 justificativa, porque isso deve ser atendido pela fiscalização, pelo controle e não
978 justificar usar a bula cultural de que eles tiram o equipamento e alteram
979 equipamentos, e que aí isso daí seria uma justificativa para de que qualquer
980 mudança nisso seria inócuo. Então, eu acredito que foi mal posicionado no
981 relatório do órgão ambiental essa questão cultural como justificativa para explicar
982 que seria inócua a alteração proposta pelo Proam. Então há sim um espaço a ser
983 preenchido, a ser buscado pela indústria para oferecer equipamentos com uma
984 vida útil maior, porque é de interesse da sociedade qualquer fator e esse fator é
985 significativo sim, não são só 5% não, o uso de motocicletas não está todo ele
986 concentrado no serviço de motofrentistas. Então, o percentual é bem maior e o
987 impacto seria significativo.

988

989 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Letícia, antes de passar a
990 palavra. Manara, mas entendi que a Letícia relatou que a proposta que foi feita
991 pelo Proam, esse prazo da Resolução já acabou. Então, a proposta naquele
992 contexto não tem mais validade naquele contexto de revisão daquele prazo
993 daquele artigo específico. Então, ela já perdeu o sentido. Agora uma discussão de
994 criação de um Grupo de Trabalho sobre a viabilidade de se colocar prazos de
995 validade, ou usos, aí isso daí pode ser proposto, mas mediante uma Resolução, é
996 por isso que nós estamos solicitando o arquivamento dos dois. Pelo Regimento
997 atual, eu só posso propor a criação de um Grupo de Trabalho se tiver uma
998 proposta na mão de texto de Resolução, não posso criar um Grupo de Trabalho
999 para discutir se é bom, ou se é ruim, ou se vai ter uma nova Resolução sobre
1000 validade. Então, é por isso que o Ministério está pedindo o arquivamento desses
1001 dois pontos. O primeiro já passou o prazo, naquela época já estava o prazo muito
1002 apertado, que foi a manifestação que foi feita pelo MMA e pelo Ibama, e aí não
1003 daria tempo de fazer o atendimento pleno que o Proam tinha pedido. Agora a
1004 criação de um Grupo de Trabalho teve que ser precedida de uma proposta de
1005 Resolução, que não tem, o plano B seria a criação do Grupo de Trabalho para
1006 discutir uma nova proposta, essa proposta hoje não existe.

1007

1008

1009 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Eu entendo que não
1010 encaixa mais na questão da cronologia dos acontecimentos, eu me proponho a
1011 reposicionar para o Proam a necessidade da apresentação de uma outra proposta
1012 vestida de outra intenção agora baseada na mesma reivindicação de mérito.
1013 Então, eu me comprometo a levar essa informação para o Proam.

1014

1015

1016 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Eu queria só alertar para mais
1017 um ponto particularmente e aí o Ibama me corrija se eu estiver errada, muitas
1018 vezes misturo as coisa por ser analista ambiental do Ibama, ter lidado com esse
1019 assunto muito tempo. Então, me desculpem aí a minha..., eu tomo a frente de um
1020 assunto que hoje já não trato mais. Mas nós vamos ter dificuldade, porque veja
1021 bem, nós temos dentro da legislação ambiental algumas leis que exigem dos
1022 órgãos federais alguma avaliação e certificação de produto. O PROCONVE
1023 começou por meio de resoluções do CONAMA e hoje existe uma lei, que já
1024 existiu, em seguida foi feita uma lei que dar respaldo ao controle da fabricação.
1025 Então, para você exercer algum tipo de controle na fabricação de um produto
1026 como eu tenho em veículos, como eu tenho em agrotóxicos, eu tenho uma lei
1027 específica para isso que ela diz o que os órgãos que estão afetos a ela têm que se
1028 manifestar, o CONAMA lida com padrões de qualidade ambiental. Então, eu vou
1029 ter dificuldade e tenha em mente da dificuldade que o Órgão Federal Ibama, os
1030 órgãos estaduais vão ter de fiscalizar um produto que eles não interferem na
1031 fabricação dele. Então assim, eu vou ter essa dificuldade, eu não estou dizendo
1032 que isso seja impossível, mas essa estratégia tem que ser pensada, porque eu
1033 vou colocar uma regra em cima do catalizador, o PROCONVE não lida com o

1034 catalisador especificamente, ele lida com as emissões, aquilo que a Leticia falou
1035 na apresentação do relatório sem misturar os dois assuntos, é o veículo e as suas
1036 emissões, e o combustível que é o que gera as emissões, eu lido com as duas
1037 coisas, eu não certifico o motor, não certifico o equipamento de controle da
1038 poluição, ou eu não licencio isso tudo, eu licencio o veículo, aquele modelo dentro
1039 de determinados padrões de emissão com o combustível X que faz parte do teste
1040 que vou fazer. No momento em que eu falo de restringir, colocar uma vida útil
1041 naquele catalisador, o catalisador foi um instrumento, vamos chamar de
1042 instrumento, mas algo que a indústria desenvolveu para resolver o problema das
1043 emissões em um determinado momento, mas eu não certifico, eu não controlo o
1044 catalisador, eu controlo o veículo, ou o motor e vou pedir para o Ibama
1045 complementar, mas acho que isso é uma questão procedente na hora de fazer a
1046 proposta tem que ter em mente das restrições que nós temos da legislação
1047 ambiental para poder fazer o tipo de controle, pode gerar uma expectativa de fazer
1048 um tipo controle que os órgãos ambientais não vão ter condições de fazer. Eu não
1049 sei se falei besteira. Gilberto, Ibama.

1050

1051

1052 **O SR. GILBERTO WERNECK DE CAPISTRANO FILHO (IBAMA)** – Bom dia a
1053 todos. Gilberto Werneck, estou como Coordenador-Geral de Gestão da Qualidade
1054 Ambiental do Ibama, submetido a Direção de Qualidade Ambiental com a Dra.
1055 Jacimara aqui é a titular do cargo. Eu gostaria de lembrar inclusive de uma fala
1056 que eu fiz aqui em fevereiro desse ano quando foi a primeira reunião da Câmara
1057 Técnica, esse assunto é a discussão do catalisador em motos, ele foi
1058 exaustivamente debatido quanto da implementação da Resolução 432. Essa
1059 proposta do Proam foi debatida e foi esclarecida em Grupo de Trabalho junto com
1060 todos os setores que têm interesse no tema, e foi uma proposta vencida. Então,
1061 quando em 2013 quando esse assunto volta nessa forma de você revisar a
1062 Resolução, ela também foi vista como não oportuno. Nós sabemos que em pouco
1063 tempo as tecnologias avançam, então nós não achamos que esse assunto para
1064 por aqui, nós temos sim em momento de discussão de uma próxima fase discutir
1065 essa questão da vida útil do catalisador. Eu estou entendendo aqui que existe
1066 aqui..., que essas duas propostas têm aí por questão regimental alguma coisa que
1067 necessite a sua interrupção da continuidade da tramitação, mas tecnicamente o
1068 assunto continua sendo estudado, explorado e analisado junto com os setores de
1069 interesse indústrias, tecnologias, órgãos ambientais, inclusive avaliação de
1070 políticas públicas estrangeiras sobre o tema, ele continua, é relevante essa nossa
1071 rotina de trabalho, isso é o que nós fazemos junto no Ibama como implementador
1072 desse programa. E com relação à questão dos catalisadores, nós colocamos
1073 assim uma questão de padronização da qualidade do produto só que nós temos
1074 que nos lembrar que o Órgão Ambiental Federal, o Ibama, não tem expertise de
1075 monitoramento do mercado, do que é colocado no mercado. Então, desde 2009
1076 nós temos um acordo de cooperação técnica com o Inmetro que faz a certificação
1077 dos catalisadores colocados no mercado e nos reportam. Então, nós sabemos que
1078 está sendo colocado no mercado, mas não fazemos o monitoramento, quem faz a

1079 estratégia de monitoramento e tem que colocar no mercado é o Inmetro. Todos os
1080 catalisadores utilizados pelas montadoras e fabricantes internacionais, os
1081 importadores, tem que vir com o selo do Inmetro, tem uma especificação para
1082 isso. Era isso que queria complementar. Obrigado.

1083
1084

1085 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1086 **MMA) –** Foi correto. Só para esclarecer aos Conselheiros dois pontos, primeiro
1087 corroborando com a fala do Gilberto e também com a do Manara, que o tema, a
1088 demanda técnica, pertinência técnica segue, não só nesse esforço dos órgãos
1089 reguladores e do Governo junto com a indústria e junto também com a Sociedade
1090 Civil que está aportando e foi exatamente isso que vocês fizeram aportaram uma
1091 questão técnica bastante relevante naquela ocasião, ela permanece em pé. Eu
1092 avalio que esse assunto também vá ser endereçado no âmbito da CAP, no mesmo
1093 trilho em que se discutirá a mudança para a fase P8, a fase M5 também pode ser
1094 e será certamente objeto de discussões no âmbito da CAP buscando
1095 instrumentalizar esse debate também e contribuir com esse debate aqui com os
1096 senhores Conselheiros nessa Câmara. Apenas para que não reste dúvida sobre a
1097 minha colocação a do dado estatístico que mencionei, só para fins de
1098 esclarecimento, nós reconhecemos tecnicamente o MMA e IBAMA de que com
1099 base nos nossos inventários os motofrentistas circulem mais do que a média anual
1100 a nossa base estatística, cuja fonte é nosso próprio inventário avalia que os
1101 motofrentistas representam 5% do total das motos em circulação no Brasil. Isso foi
1102 exatamente o que eu disse e isso é só para esclarecer, porque aqui no bate-bola
1103 com o Manara talvez não tenha ficado claro.

1104
1105

1106 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** Estou entendendo que esse não
1107 é o argumento contrário. É só uma informação sobre a representatividade do
1108 setor.

1109
1110

1111 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1112 **MMA) –** Os motofrentistas são 5% da frota circulante de motocicletas no país.

1113
1114

1115 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** Só para esclarecer um ponto de
1116 vista, não foi usado o motofrentista para dizer que não é relevante, não é isso, é
1117 que o relevante está sendo discutido de outra forma, que não essa. Eu sugiro até
1118 que acho que esse assunto deve ser abordado na CAP; a CAP tem a
1119 representação da Sociedade Civil, que vocês conversem com o representante da
1120 Sociedade Civil e troque informações com ele sobre o andamento disso.
1121 Normalmente o Ministério do Meio Ambiente, não é que divulgue, mas fica fácil
1122 você entrar em contato com a equipe técnica do DQAN, saber quando está

1123 programada as novas reuniões da CAP e ser informado delas até para entrar em
1124 contato com o representante da Sociedade Civil.

1125

1126

1127 **A SR^a. LUCIANA MARIA BAPTISTA VENTURA (Governo do Rio de Janeiro) –**

1128 Então, vejo esses dois temas colocados em pauta como esclarecidos já superados
1129 perante a cronologia, já mostra que já findou, mas vejo uma necessidade de
1130 avanço da M5, que seria a próxima fase da questão do controle da poluição das
1131 motos. De fato os órgãos ambientais não têm a competência de avaliar produtos,
1132 como o catalisador seria um produto, mas através das avaliações das emissões
1133 de deterioração que são feitas pela CETESB com um percentual das motos que
1134 são fabricadas no Brasil, poderia ser avaliado se essa quilometragem adotada
1135 oitenta mil quilômetros, que é a mesma adotada para os veículos, estão de acordo
1136 com os padrões de emissão, e não o catalisador em si. Então, se ele está sendo
1137 capaz de controlar a emissão. Então, é exatamente isso que eu também enxergo
1138 que um catalisador que tem uma garantia de utilidade dezoito mil pouco frente a
1139 realidade de quilometragem utilizada por esse tipo de veículo, que é muito
1140 utilizado para fins de serviços, seja regulado ou não regulado. Então, essa
1141 garantia com catalisadores mais eficientes é importante, então, eu a vejo como
1142 fase M5 para ser discutido também em âmbito da CAP, que eu acho que tem a
1143 expertise para poder falar sobre o assunto das novas fases de PROCONVE, tanto
1144 que eu perguntei vai ser falado a fase de PROCONVE na criação, que foi o que
1145 conversei com o João, no Grupo de Trabalho e não na CAP, porque vejo a CAP
1146 como o local para esse tipo de discussão, mas assim vejo também que a fase ali
1147 mostra claramente a necessidade de uma fase M5 e não rever a M4.

1148

1149

1150 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** Obrigada Luciana. Estou
1151 entendendo que a Letícia sugeriu que esse assunto seja discutido na CAP, em
1152 que pese a CAP ter a obrigação de reportar o nosso primeiro ponto de pauta foi o
1153 relatório anual da CAP. Nós podemos internamente, nós estamos juntas
1154 trabalhando na mesma Secretaria, é assim que haja a próxima reunião, que a
1155 próxima reunião dessa Câmara Técnica que haja depois da reunião da CAP, a
1156 Dra. Letícia me faz um e-mail, um informe: olha o assunto foi colocado, foi
1157 debatido dessa forma, a sugestão de encaminhamento é esse, eu trago essa
1158 informação aqui, não precisa ser necessariamente, ou ela pode vir aqui fazer isso,
1159 será muito bem-vinda sempre que quiser, mas nós podemos trazer a informação
1160 sobre o andamento mesmo antes do relatório ficar pronto. Eu acho que isso é
1161 muito mais produtivo. Entenda bem, nós não estamos discutindo se o assunto é
1162 importante ou não; o que nós estamos discutindo aqui é que essas duas propostas
1163 que estão na pauta como pedido de arquivamento é porque perderam o mérito do
1164 debate neste momento, não o tema propriamente dito, mas o debate nesse
1165 momento está comprometido, porque primeiro aquela fase já passou, em 2014 já
1166 passou a ser outra e para a criação de um Grupo de Trabalho é preciso uma
1167 proposta formal de Resolução que eu não tenho. Diante das informações de que

1168 isso vai ser discutido na CAP, o que o Ministério do Meio Ambiente se
1169 compromete é relatar nessa Câmara Técnica da maneira como foi abordado,
1170 quais são os encaminhamentos da reunião da CAP antecipando o relatório do ano
1171 que vem, eu não sei se todos concordam com isso, Letícia.

1172
1173

1174 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1175 **MMA)** – Lembrando aos senhores que a CAP é o lugar de acompanhamento fino,
1176 digamos assim, de acolhimento e acompanhamento fino do PROCONVE e
1177 PROMOT no seu detalhe, nas suas idiossincrasias digamos assim nas suas
1178 especificidades e está a serviço dessa Câmara Técnica não há a menor dúvida.
1179 Então, eu acho que nesse relacionamento de retroalimentação, nós vimos aqui e
1180 trazemos o relatório, e escuta de vocês as angústias daqui também e obviamente
1181 acolhe na CAP em antecipação. Já tinha mencionado o PROCONVE
1182 especificamente a questão de nos movimentarmos no fase para veículos pesados;
1183 essa mesma discussão pode ser instruída e deve ser acolhida na CAP para
1184 motocicletas, e nós podemos sim Zilda, a Zilda muito bem mencionou a obrigação
1185 regimental de vir aqui relatar os progressos da Comissão da CAP, o trabalho da
1186 Comissão da CAP, é anualmente em função do relatório, mas para mim também
1187 vai ser uma satisfação poder vir aqui dar exatamente no período interseccional
1188 entre um relatório e outro.

1189
1190

1191 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Eu acho que o Mazzaro é
1192 mais italiano do que o Manara, eu sou um pouco “italianado”, mas é mais libanês.
1193 Mas eu fico satisfeito por um lado de que todos nós tenhamos muito clara a
1194 importância e a significância do tema, e talvez vesti-lo de uma melhor forma para
1195 adequar a cronologia dos eventos aí da discussão. Então, levo uma informação ao
1196 proponente que o assunto vai ter que pegar um outro caminho, mas ele
1197 seguramente não foi arquivado, ele foi arquivado processualmente no pedido
1198 inicial, mas que o tema continua vestir de outra forma.

1199
1200

1201 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Complementando Manara. Veja
1202 bem assim, qualquer Conselheiro pode a qualquer momento apresentar uma
1203 proposta, nós não estamos dizendo que não possa apresentar uma proposta, mas
1204 nesse caso específico que envolve poluição veicular já que nós mesmos aqui no
1205 Conselho aprovamos uma Comissão de Acompanhamento, ela funciona como
1206 esquentamento do debate, é isso que a Letícia falou, ela recebe as inquietações e
1207 discute as propostas, porque ali é um trabalho extremamente técnico de um Grupo
1208 de Trabalho, é até positivo, porque digamos que ela funciona como um respiro do
1209 CONAMA; pelo Regimento Interno você não pode elaborar uma Resolução, você
1210 não pode propor um assunto que não seja por meio de uma Resolução; pela CAP
1211 você pode discutir assuntos, temas importantes, mesmo não tendo essa
1212 Resolução. É esse o mandato, claro que daí entra pelos caminhos formais desde

1213 que aprovado lá como uma Resolução qualquer outro tema, a CAP encaminha via
1214 Ministério, via Dra. Letícia, que é a coordenadora dessa Câmara Técnica, a
1215 proposta como se fosse o Ministério, mas ela representando a CAP. Então assim,
1216 claro se a Sociedade Civil quiser apresentar uma proposta é livre para apresentar,
1217 como nesse caso nós temos essa facilidade do debate fica mais fácil discutir sem
1218 ter o texto no primeiro momento e ver a receptividade, a maneira mais possível de
1219 se colocar essa proposta, mas o assunto é um assunto importante, nós sabemos
1220 disso. Alguém mais tem alguma manifestação? Bom, então a proposta
1221 encaminhada pelo CONAMA é de arquivamento pelo mérito dessas duas
1222 propostas. Gostaria que ficasse registrado que conforme manifestação que foi
1223 feita pelo Ministério e pelo Ibama esse assunto vai ser abordado na CAP e será,
1224 digamos assim, nós seremos mantidos informados sobre o andamento das
1225 discussões que ocorrerão na CAP sobre a preocupação levantada pela Sociedade
1226 Civil em relação a esse assunto, mas esses dois processos são processos que
1227 encaminham para o arquivamento, nós encaminhamos para o arquivamento. Eu
1228 pergunta quem é favorável ao arquivamento, então estamos tratando dos dois
1229 pontos juntos, dessas duas propostas? Os favoráveis, por gentileza, se
1230 manifestem. Ministério dos Transportes, CNI, CNC, você não, Ibama, Anamma,
1231 INEA, favoráveis. Contrários ao arquivamento? Você é favorável também ao
1232 arquivamento Manara? Não. Contrários ao arquivamento? Contrário? Você vai se
1233 abster? E duas abstenções. Perfeito. Eu chego lá. É falta de prática de presidir a
1234 reunião, tudo bem.

1235
1236

1237 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1238 **MMA) – As mulheres ansiosas.**

1239
1240

1241 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** Estou aprendendo também, nós
1242 sempre aprendemos alguma coisa mesmo já chegando nos 60 anos, nós
1243 aprendemos alguma coisa. Bom, nós teríamos agora concluído a nossa pauta.

1244
1245

1246 **O SR. JOÃO HENRIQUE EVANGELISTA (DConama) –** Deixe-me só entender.
1247 Então, foram seis votos a favor e duas abstenções.

1248
1249

1250 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA) –** Nenhum voto contrário. Pergunto
1251 se alguém tem algum informe a fazer? Só queria lembrar, eu tenho um informe a
1252 fazer, eu queria lembrar aos senhores que anteontem nós completamos seis anos
1253 de aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos, terça-feira dia 02 de
1254 agosto, foram seis anos de aprovação da Política de Resíduos Sólidos. O
1255 Ministério sofreu uma mudança de comando recentemente sendo assumido pelo
1256 Deputado José Sarney Filho, está procurando..., nós tivemos que parar algumas
1257 ações aí que estão em curso, mas queria dizer aos senhores que o que está

1258 andando muito bem de parte da implementação da política são dois pontos: é o
1259 processo de revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, já foi colocado isso
1260 na Mesa; e o Sistema Nacional de Informações de Resíduos Sólidos, que nós
1261 temos aí previsão de até o final do ano já colocar o módulo de declaração de
1262 estados e municípios em relação ao Plano Municipal e Estadual de Resíduos
1263 Sólidos. Eu vou ver se trago mais. Em relação a logística reversa o panorama não
1264 mudou muito em relação ao que tivemos da última reunião para cá, continuamos
1265 com três acordos setoriais assinados, dois ainda em negociação eletrônicos e
1266 medicamentos, e recebemos uma... E temos dois setores, três setores que estão
1267 discutindo ainda internamente propostas, que vão acabar caindo nessa Câmara
1268 Técnica para revisões das resoluções. Conforme nós viemos reportando desde a
1269 aprovação da lei, o Conselho de Ministros que acompanha a logística reversa
1270 optou por não, a lei cria a obrigatoriedade de algumas cadeias e o Conselho de
1271 Ministros optou por revisar posteriormente aquelas cadeias que foram
1272 estabelecidas antes da lei e nós temos três resoluções que tratam disso: pneus,
1273 pilhas, baterias e óleos lubrificantes. No ano passado, nós recebemos o setor de
1274 pneus, o que é positivo, a Resolução não aborda o que o comércio vai fazer.
1275 Então, o setor está sendo pressionado por prefeituras, por Ministério Público e
1276 deve propor uma proposta de acordo setorial para pneus. Fomos procurados pelo
1277 Sindicom e indicamos a eles que eles têm que procurar os outros setores
1278 envolvidos para apresentar uma proposta de óleos lubrificantes; e fomos
1279 procurados pelo Setor de Sementes de Soja, as sementes que vão para plantio no
1280 campo o papel tem uma alta qualidade e é um papel selecionado, segregado
1281 previamente e é um papel caro e eles estão querendo constituir essa cadeia até
1282 uma forma de dar um destino para reciclagem dessa embalagem, eles têm um
1283 percentual pequeno de plástico que envolve para poder proteger, mas
1284 basicamente é papel que fica em contato com as sementes. Já nos apresentaram
1285 um estudo preliminar que mostra que o resíduo não é resíduo perigoso, porque ele
1286 vem embutido, eu não chamaria agrotóxico, mas substâncias químicas que
1287 conservam as sementes até ela chegar ao campo. Então, essa foi a nossa
1288 preocupação, nós chegamos até informalmente conversar com a Letícia sobre
1289 isso muito rapidamente, mas eles apresentaram um primeiro estudo e nós vimos
1290 que nem valia a pena mandar para vocês analisarem, porque ainda estava
1291 faltando informações. Mas acho que apesar de ser uma cadeia muito particular,
1292 mas é mais um ponto que estamos tirando do campo e está formalizando uma
1293 cadeia de reciclagem. Então, eu vou procurar trazer com mais frequência
1294 informações para vocês, mas a ideia do Ministério é não pedir a revisão das
1295 resoluções do CONAMA para aquelas cadeias que tem Resolução, antes de ter
1296 essa proposta minimamente aprovada. Eu não vou trabalhar a revisão da
1297 Resolução antes de ter essa proposta aprovada, não é uma coisa para amanhã,
1298 ou para esse ano ainda, ainda faltam muitos ajustes. O setor, por exemplo, de
1299 óleos lubrificantes, a Celma participa do grupo de monitoramento, que é
1300 coordenado pelo MMA já há bastante tempo, a ideia do setor, ele colocou essa
1301 proposta quando aditivo o primeiro acordo, que é o de embalagens plásticas de
1302 óleos lubrificantes. Então, eu vou trazer isso, mas acredito que vá haver

1303 necessidade da Resolução para discutir alguns padrões, formas de recolhimento,
1304 mas no assunto que as responsabilidades iriam para a acordo setorial e a
1305 Resolução do CONAMA definiria, digamos assim, o ponto de vista da qualidade
1306 ambiental, os padrões para que aquela cadeia de logística reversa seja
1307 implementada. Nós jamais vamos abrir mão das resoluções do CONAMA para
1308 regulamentar esse tipo de assunto, mas como a lei prevê regulamento, acordo
1309 setorial ou termo de compromisso, nós trabalhamos com as possibilidades que a
1310 lei e o decreto apontaram. A Luciana tinha pedido a palavra também.

1311

1312

1313 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1314 **MMA)** – Obrigada Zilda por me conceder de novo a palavra. São dois informes
1315 que acredito que são correlatos a sua fala de interesse dessa Comissão. Primeiro,
1316 eu queria dizer que o Ministério por uma outra Comissão que cuida de assuntos
1317 correlatos e também de interesse aqui do CONAMA, que é a Comissão Nacional
1318 de Segurança Química, propôs um projeto de lei, um anteprojeto de lei para
1319 regulamentação de substâncias químicas industriais. Essa proposta está aberta
1320 para consulta pública desde o dia 29 de junho, deveria encerrar no dia 14 de
1321 agosto a consulta pública, nós recebemos uma demanda muito grande de
1322 comentários e diversos pedidos de ampliação desse prazo, e já antecipo aqui
1323 tomamos providência para que o prazo seja ampliado a partir do dia 14 de agosto
1324 para mais 60 dias de oportunidade para participar da consulta pública sobre esse
1325 projeto de lei. A regulação de substâncias químicas industriais é a principal lacuna
1326 regulamentar, a principal lacuna na Regulação Nacional para estabelecer
1327 salvaguardas antecipadas ali (...), digamos assim, na cadeia produtiva onde
1328 podemos decidir sobre as substâncias que estão à disposição dos processos e
1329 dos produtos em toda a cadeia produtiva, ela tem o papel estratégico
1330 importantíssimo em qualquer estratégia regulatória para qualificar todo o ciclo de
1331 vida da substâncias. Então, nós vemos com muito entusiasmo, foi um processo
1332 debatido ao longo de dois anos no âmbito da Comissão Nacional de Segurança
1333 Química, intensamente construído com a indústria brasileira, com os órgãos
1334 ambientais e com o setor de saúde, e com a Sociedade Civil. Então, eu tenho
1335 muita convicção por ter estado a frente desse processo e conhecê-lo intimamente
1336 que o que está posto para consulta pública é um avanço na legislação nacional
1337 construído com todos os interessados aqui dentro do país. Por favor, estejam
1338 atentos a isso e o outro ponto é lembrando que nós já temos subsídios suficientes
1339 considerando as nossas obrigações perante a Convenção de Estocolmo para
1340 controle e eliminação de poluentes orgânicos persistentes que nós temos como
1341 ação específica dentro do Plano Nacional de Implementação desse tratado com o
1342 qual o país está comprometido desde 2004; nós temos já convicção forjada dentro
1343 do próprio plano que está na hora de revermos os limites de emissão para
1344 dioxinas e furanos, que são poluentes orgânicos persistentes não intencionais, são
1345 frutos de processo de queima, mas são letais e nós temos esses limites de
1346 dioxinas e furanos de emissões estabelecidos em uma ou duas resoluções aqui no
1347 âmbito do CONAMA, se não me engano, é de fontes fixas e as de fornos de

1348 cimento clínquer, e tratamento térmico de resíduos. Exatamente. Desculpe. 316. E
1349 nós traremos aqui o Ministério do Meio Ambiente essa discussão para dentro da
1350 Câmara Técnica ao longo, senão desse ano, nos próximos tempos como proposta
1351 de revisão, tendo em vista que nós temos bastante subsídios já para discutirmos
1352 os limites um pouco mais restritivos do que estão previstos. Obrigada. Site para
1353 consulta é MMA, está no hotsite do MMA, vocês podem procurar MMA, Comissão
1354 Nacional de Segurança Química, e está no hotsite também, ele tem o link na
1355 página ali, logo na página frontal.

1356

1357

1358 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nós colocamos isso e depois te
1359 informa direitinho, e coloca no resumo da reunião. Manara tinha levantado a mão
1360 também? Não, Luciana.

1361

1362

1363 **A SR^a. LUCIANA MARIA BAPTISTA VENTURA (Governo do Rio de Janeiro)** –
1364 Daqui há uns quinze dias o Rio de Janeiro vai estar lançando o inventário estadual
1365 de emissões veiculares com uma metodologia..., seguindo a metodologia nacional
1366 e aprofundando, e adotando uma metodologia (...) para poder realizar modelagens
1367 e prever cenários futuros de emissões veiculares de acordo com as formas de
1368 controle e com as mudanças da mobilidade urbana que o Rio de Janeiro vem
1369 enfrentando. Conjunto a isso será lançado também uma revista que trata só da
1370 temática A apresentando os resultados dos programas de autocontrole dos
1371 veículos a diesel dos últimos três anos mostrando a evolução desse sistema de
1372 controle e na verdade os resultados apresentados tanto no inventário, quanto nos
1373 artigos refletem os avanços que são realizados tanto em âmbito federal, como em
1374 âmbito estadual no caso do Estado do Rio de Janeiro que tem o programa de
1375 inspeção e manutenção implantado. Então, ali várias respostas podem ser dadas
1376 até para o programa novo que foi implantado que a Letícia abordou para querer
1377 saber das emissões reais dos veículos em circulação, que é o nosso caso. No
1378 programa de M, nós medimos os veículos que estão em circulação. Então, será
1379 lançado algumas revistas, vai também apresentar como está a situação da
1380 qualidade do ar nos pontos olímpicos, enfim. Então, eu convido a todos que
1381 puderem participar, eu vou passar a data corretamente que serão apresentados
1382 esses assuntos no Rio de Janeiro, apresentando os quatro artigos que se referem
1383 a qualidade do ar e emissões, e o inventário. O inventário também é um
1384 instrumento previsto no PRONAR e é fundamental para nós podermos fazer a
1385 revisão do plano de controle da poluição veicular do Rio de Janeiro, tendo em
1386 vista que já foram os cinco anos de implantação do plano. Era isso.

1387

1388

1389 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Luciana compartilha conosco
1390 depois o relatório para nós colocarmos o link, fazer uma chamada no site do
1391 Ministério sobre isso. Eu acho que é muito importante, nós colocamos e aí tem
1392 uma mala-direta que vai para várias instituições, eu acho que isso é positivo.

1393 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Eu quero compartilhar com
1394 vocês uma preocupação que há um ano tenho atuado em cima, já tenho discutido
1395 algumas vezes com a Zilda. A CETESB no Estado de São Paulo está exigindo das
1396 empresas prestadoras de serviço na reciclagem de lâmpadas o reaproveitamento
1397 do mercúrio retido no filtro. A nossa preocupação, enquanto Sociedade Civil, é que
1398 esse reaproveitamento vai resultar na recolocação em mercado sem controle, sem
1399 rastreabilidade e nós temos sentido, eu tenho discutido isso no âmbito do
1400 CONSEMA, tenho discutido isso com a direção da CETESB e eu tenho sentido
1401 uma não diria uma falta de vontade política de mudar o posicionamento, mas a
1402 CETESB está muito preocupada, porque ela tem um inquérito no curso do
1403 Ministério Público do Estado de São Paulo. Então, no dia 10 agora, eu vou
1404 conversar com o promotor que está à frente desse inquérito para tentar dissuadir o
1405 Ministério Público dessa exigência do reaproveitamento, porque o nosso
1406 entendimento é um risco desnecessário, porque eles alegam que o filtro por ter
1407 tecnologia e ser economicamente viável, o filtro não pode ir para aterro contendo
1408 esse material ainda possível de ser reaproveitado. Então, eu quero compartilhar
1409 isso aqui com vocês, porque se não resolvido isso no âmbito do Estado de São
1410 Paulo, é certo que nós vamos propor alguma coisa para uma regulamentação a
1411 nível federal, porque a questão se alastra, eu tive informações que em Santa
1412 Catarina a coisa está bem complicada e também Paraná, e no Rio Grande do Sul,
1413 e me parece inclusive que tem...

1414

1415

1416 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Rio Grande do Sul está com
1417 certeza, eu tive notícias disso.

1418

1419

1420 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (SODEMAP)** – Então, eu só quero
1421 compartilhar isso, porque é uma preocupação bastante grave e que nós não
1422 estamos conseguindo dissuadir o Órgão Ambiental Estadual de mudar essa
1423 postura e aí nós vamos, se for o caso transitar isso via cenário federal, porque
1424 normalmente alguns estados acompanham o que um Estado faz, o outro faz e tal,
1425 e aí a coisa iria realmente ficar preocupante aí nessa possibilidade desse mercúrio
1426 voltar no mercado e sem condições de rastreabilidade. Obrigado.

1427

1428

1429 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Dra. Letícia, eu só acho que a
1430 Dra. Letícia está à frente disso, acompanhou as negociações da Convenção de
1431 Minamata, esse assunto está no Departamento dela, que sorte Letícia, a pauta
1432 hoje é toda sua.

1433

1434

1435 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1436 **MMA)** – Hoje eu estou reinando aqui. Primeiro, eu queria mencionar três pontos.
1437 Primeiro retomar a fala da Luciana reconhecendo que o Rio de Janeiro hoje é o

1438 (...) em políticas de qualidade do ar no Brasil, o único Estado a implementar
1439 inspeção veicular e fazendo relatório, inventário e trabalhando a transparência da
1440 informação. Então, é preciso fazer esse reconhecimento público.

1441

1442

1443 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Leva esse nosso abraço para a
1444 Mariana.

1445

1446

1447 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1448 **MMA)** – Exatamente. Mariana que trabalhou aqui nessa Câmara intensamente.
1449 Então, reconhecer o papel do Rio de Janeiro hoje no cenário com certeza como
1450 um Estado mais avançado o processo de implementação das políticas de
1451 qualidade do ar. Eu preciso já que o Manara trouxe esse assunto da mais absoluta
1452 relevância, que é a questão do mercúrio sinalizar que esse assunto certamente
1453 terá e virá muitíssimo a essa Câmara Técnica daqui para frente. O Brasil é
1454 signatário da Convenção de Minamata para eliminação do mercúrio e está desde
1455 já ainda que não tenha ratificado, mas a assinatura já enseja uma série de
1456 compromissos desde já obrigado a iniciar medidas antecipatórias da
1457 implementação. Isso certamente significará rever as estratégias que já estão em
1458 curso, tanto no âmbito da logística reversa de lâmpadas e baterias que ainda
1459 utilizam mercúrio, como no âmbito de toda a estratégia de recolhimento e gestão
1460 desse mercúrio oriundo dessa cadeia específica. Lâmpadas e baterias, desculpa,
1461 lâmpadas a mercúrio tem o seu (...) estabelecido dentro da Convenção. Então,
1462 nós temos que trabalhar certamente na revisão desses processos internamente.
1463 Esse assunto virá aqui para o debate nessa Câmara Técnica e compartilho com
1464 os senhores a importância da ratificação pelo Brasil da Convenção de Minamata
1465 para que todos onde puderem influenciaram esse processo para que a ratificação
1466 aconteça o quanto antes, nós já tivemos uma sinalização positiva com o Ministro
1467 Serra e o novo presidente da Câmara, que discutiram o avanço mais rápido
1468 possível a ratificação dos acordos internacionais ambientais que estão hoje no
1469 Congresso e só para lembrar o status da tramitação o Governo Federal
1470 encaminhou o processo em 4 de novembro de 2014, desde então, ele está no
1471 Congresso para ratificação. Como nós enfrentamos todas as crises que estão aí
1472 para produzindo efeitos até hoje de aspecto político, infelizmente não houve clima
1473 realmente para apreciação desse processo. No entanto, eu estive diversas vezes
1474 com frentes parlamentares de várias cores, segmentos e propostas dentro lá da
1475 Câmara e com todo o processo que foi intensamente coordenado e trabalhado
1476 internamente no plano doméstico pelo Ministério do Meio Ambiente e todas as
1477 instituições do Governo Federal, sociedade, indústria, nós temos absoluta certeza
1478 de que não há óbices de nenhuma frente a esta ratificação, apenas não houve
1479 oportunidade política para fazê-lo. Então, isso me dá muita segurança em afirmar
1480 e tenho afirmado isso em todos os fóruns de que o processo foi muito bem
1481 conduzido internamente, tudo que está negociado na Convenção, está de acordo
1482 com os interesses brasileiros de proteção da saúde, meio ambiente e

1483 desenvolvimento industrial e econômico. Então, por favor, clamem aonde puderam
1484 pela ratificação o quanto antes e o próprio CONAMA precisa, já fez uma moção
1485 em 2013, tão logo a Ministra Isabela assinou e talvez fosse o caso do CONAMA
1486 revigorar dado que temos um novo cenário, um novo Presidente da Câmara no
1487 Congresso e um novo cenário político, revigorar essa moção ao Congresso
1488 atestando os benefícios da ratificação. Eu tenho um assunto ainda, talvez
1489 Wanderley sentir pela sua sinalização talvez você quisesse comentar isso, e como
1490 eu tenho ainda obrigação de fazer o informe aqui sobre uma questão de qualidade
1491 do ar, eu não sei se devo ouvir. E finalmente o informe que a coordenadora
1492 presidente da Câmara me lembrou, muito importante para esse Câmara, os
1493 senhores todos se lembram de que em 2014, nós vimos em um ritmo muito
1494 intenso de discussões já no âmbito desta Câmara Técnica após um longo
1495 processo dentro de um Grupo de Trabalho prévio da revisão dos padrões de
1496 qualidade do ar CONAMA 3, de 89. Esse processo foi, digamos, interrompido no
1497 âmbito da Câmara Técnica com uma promessa do Ministério que até hoje não foi
1498 efetivamente cumprida de que fosse realizado um seminário como que para dar
1499 espaço há um debate um pouco menos tenso e um pouco mais aberto sobre os
1500 pontos que nos levaram a estancar de uma certa forma no processo de discussão.
1501 Fundamentalmente trabalharmos uma questão de adoção dos padrões da OMS,
1502 uma internacionalização desses padrões por intermédio que foram publicados pela
1503 OMS, Organização Mundial de Saúde, em 2005 e nós discutimos exatamente
1504 nessa Câmara Técnica a internalização desses padrões no Brasil no arcabouço
1505 jurídico nacional por intermédio de uma Resolução, da revisão da Resolução 3.
1506 Estancamos não exatamente em relação aos padrões em si preconizados, mas
1507 prazos para implementação desse padrão. E nós, então, ao longo desse período
1508 devido à crise, as restrições orçamentária, tivemos dificuldade em entregar a
1509 promessa feita em 2014, mas agora estamos prontos para ela. Eu ainda não
1510 posso anunciar exatamente uma data específica, porque estamos negociando
1511 com palestrantes a participação nesse seminário para discutir especificamente
1512 essa questão, mas nossa perspectiva salvo a minha equipe não me deixe mentir
1513 aqui é para 6 e 7 de outubro, 7 de outubro, é um seminário de um dia, a princípio,
1514 nós temos insumos novos, estudamos muitíssimo a questão nesse tempo,
1515 realizamos uma missão a prefeituras em países da União Europeia, tivemos em
1516 Londres, Lisboa, Copenhague, discutimos com especialistas da OMS diversas
1517 vezes os propósitos, as expectativas, as lições de fora daqueles que estão se
1518 debatendo com os mesmos problemas que nós implementação dos padrões,
1519 adoção dos padrões e as políticas de qualidade do ar; temos novidades para
1520 orientar o nosso debate. Eu que em parte o tempo que levamos acabou
1521 amadurecendo um pouco o nosso instrumental e conhecimentos, e informações
1522 para poder reorientar e colocar fundamentalmente nos trilhos do CONAMA
1523 novamente essa discussão. Então, preparem-se para algo em torno..., tudo indica
1524 se conseguirmos todas as confirmações, tínhamos uma data prevista
1525 anteriormente para 11 e 12 de setembro, palestrantes estão com dificuldade de
1526 adotarem essa data, nossa perspectiva é para 7 de outubro agora, só sinalizando

1527 finalmente que os recursos estão assegurados para isso. Então, nós estamos
1528 realmente só em uma questão de logística e em relação a prazos.

1529
1530

1531 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada Leticia. Eu vou passar
1532 a palavra ao Wanderley e depois a Celma. Tem mais alguém querendo falar?

1533
1534

1535 **O SR. WANDERLEY COELHO BAPTISTA (CNI)** – É só para complementar a
1536 questão da Convenção de Minamata, porque nós fomos solicitados pela parte da
1537 indústria, especificamente o Estado de São Paulo, para que nós ajudemos na
1538 ratificação da Convenção. Então, a CNI está trabalhando no Congresso, e a nossa
1539 perspectiva até o final do ano essa Convenção deve ser ratificada. Então, tem o
1540 apoio nosso nesse sentido. Depois eu converso com você a respeito da qualidade
1541 do ar para não tomar a palavra da Celma. Obrigado.

1542
1543

1544 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (Anamma/Centro-Oeste)** – Toma não. É só
1545 para fazer só um informe referente aquela questão que você falou do segmentos
1546 que procuram o MMA com relação as embalagens da soja. O Goiás, Mato Grosso,
1547 Tocantins e uma parte do Pará hoje são o destaque na questão da agroindústria.
1548 Goiás, então, em função de eu estar à frente conduzindo os trabalhos da
1549 Anamma/Goiás, em 2015 tivemos um seminário em que a agroindústria
1550 juntamente com a Anamma/Goiás promoveu um evento em que foi se discutido o
1551 setor com relação a implementação da política nacional. Incrivelmente tudo que se
1552 falou lá com relação a logística dos resíduos gerados em campo em especial, os
1553 dois que mais deram problemas com relação a encontrar uma forma desse retorno
1554 foi exatamente o óleo lubrificante e suas embalagens, e a embalagem da soja.
1555 Então, isso em 2015, foi em agosto se não me engano e foi aí que nós vimos que
1556 era um problema que nós não conhecíamos com relação assim não tinha noção
1557 do tamanho que era, só se deu conta naquela época e hoje com a sua fala eu vi
1558 que realmente a coisa fluiu lá depois desse assunto, e que eu não tinha noção de
1559 que isso estava sendo tomado. O que nós na época sugerimos foi que o setor
1560 agroindústria se organizassem juntamente com o setor da reciclagem para que
1561 isso, foi uma sugestão, isso se consolidasse, mas nós não deixamos de alguma
1562 forma dentro do Estado tentar organizar isso junto com a frente parlamentar
1563 estadual com relação ao incentivo à cadeia da reciclagem, e temos algumas
1564 propostas que está sendo discutida a nível de Estado de Goiás. Com relação ao
1565 óleo lubrificante, que você vê em um único período de safra, ou de plantio, ou de
1566 colheita um quantitativo muito grande de máquinas no campo, chega ter mais em
1567 uma única frente de colheita 24 horas mais de 100, 150 máquinas gerando um
1568 volume considerável de óleo lubrificante. A dificuldade era recolhida disso nas
1569 fazendas mais longínqua onde a acessibilidade muito grande. Também nós
1570 conseguimos sentar com o setor da coleta em função de eu estar no GMP teve um
1571 entendimento um poupo melhor e nós estamos trabalhando nisso aí para termos

1572 outras frentes de recebimento que são os postos de coleta, como tem em outros
1573 estados, é só mesmo um apanhado geral para ver como a coisa está fluindo.

1574

1575

1576 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada Celma. Letícia, mais
1577 um ponto Letícia?

1578

1579

1580 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1581 **MMA)** – É o último, prometo. Primeiro, eu queria também fazer um
1582 reconhecimento público do papel da indústria e das ONGs ambientalistas de
1583 saúde na discussão nacional e internacional sobre o mercúrio. Foram forças
1584 motrizes lideraram o processo, eu acho que me orgulho de dizer que o Governo
1585 respondeu à altura, mas o que é relevante é que esse tema veio da sociedade,
1586 veio do setor produtivo, veio da Sociedade Civil e isso mostra claramente a
1587 apropriação que existe tanto aqui no Brasil, quanto fora do Brasil e o Governo,
1588 então, propôs a Convenção e propôs as regulações a partir de uma demanda
1589 absolutamente legítima constituída no ceio da sociedade e do setor produtivo, da
1590 Sociedade Civil Organizada e setor produtivo. Então, eu queria honrar o papel
1591 desses dois segmentos no processo. E aí finalmente prometo que não vou mais
1592 pedir a palavra, eu preciso dar um puxão de orelha em relação ao aspecto da
1593 CAP, que deveria ter falado antes, mas me esqueci e não posso sair da reunião
1594 sem falar. Eu queria chamar realmente a atenção da Anamma e da Abema, a CAP
1595 é um órgão subsidiário do CONAMA a serviço e propósito único de assistir essa
1596 Comissão, que é a entrada dos assuntos no âmbito do CONAMA, essa Câmara
1597 Técnica e nós estamos há quantos anos pessoal sem representação? Há dois
1598 anos sem representação da Anamma, sem comparecimento da Anamma e da
1599 Abema para discussão.

1600

1601

1602 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Quem eram os representantes
1603 da ABEMA? São Paulo ou Rio?

1604

1605

1606 **A SR^a. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (Diretora de Qualidade Ambiental do**
1607 **MMA)** – Abema, Mato Garoto do Sul e Pernambuco, tem que colocar nome aos
1608 bois; e a Anamma está sem indicação. Então, nós temos um problema.
1609 Fundamentalmente nós podemos discutir esse assunto depois, mas não posso
1610 deixar de falar aqui de que a discussão de qualidade do ar precisa ser apropriada
1611 pelos principais estados que têm interesse nesse tema. Preocupa-me muitíssimo a
1612 dinâmica que enseja a eleição dentro do próprio CONAMA que enseja a eleição
1613 de estados que não têm exatamente apego, ou municípios sei lá que não tem
1614 apego as questões da CAP e aí acaba gerando esse tipo de situação. Nós como
1615 Secretaria Executiva temos sido incisivos ao longo dos dois últimos anos pedindo
1616 indicação, sinalizando o comparecimento, porém sem sucesso. Então, eu entendo

1617 que tem uma série de questões no Governo Federal que são difícilimas, no Estado
1618 são mais ainda, no Município em uma escala realmente que sensibiliza qualquer
1619 um, mas a discussão na CAP fica prejudicada, sobretudo a partir do interesse dos
1620 estados e dos municípios se não lá estiveram. Então, tento sensibilizar esses
1621 estados e vocês como representantes aqui das duas instituições Rio de Janeiro e
1622 Goiás que, por favor, tentem sensibilizar as suas representações na CAP para que
1623 possamos dar...

1624

1625

1626 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Obrigada Letícia. Esses retornos
1627 são importantes, eu acho que podemos movimentar uma estratégia com os
1628 representantes que estão aqui e acho que especificamente para Abema, nós
1629 podemos mandar um reforço de que isso..., de repente está tendo dificuldade com
1630 esses estados, pode indicar outros estados, pouco importa o importante é estar o
1631 representante da Abema. Celma.

1632

1633

1634 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (Anamma/Centro-Oeste)** – Aqui me
1635 comprometo já que o Presidente da Anamma, o Rogério é de São Paulo, ele já vai
1636 ter esse relato, esse puxão de orelha, é necessário, mas eu tenho certeza que se
1637 ele tivesse esse conhecimento de que estava acontecendo essas faltas, ele já
1638 teria ocorrido essa mudança ou essa sugestão. Está bom?

1639

1640

1641 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – A Celma vai lembrar e o Eugênio
1642 podemos provocar dizer assim até te peço que me ajude, eu posso fazer isso em
1643 nome da Câmara Técnica, mas pedindo a ele uma atenção especial que é
1644 importantíssimo que os estados participem disso, não precisa ser sempre São
1645 Paulo e Rio, nós sempre pensamos, podem e devem ser outros estados, até para
1646 esse assunto ser disseminado, mas boa lembrança Letícia. Mais algum ponto?
1647 Queria agradecer a todos a oportunidade que vocês estão me dando de conduzir
1648 essa Câmara Técnica com o auxílio de vocês, nós aqui somos uma equipe para
1649 tratar de um assunto importante e fiquei feliz Letícia de ver que nós temos aí uma
1650 pauta boa para os próximos dois anos que podemos trabalhar. Eu ia até te
1651 procurar sobre a questão de revisão das resoluções de co processamento e nós
1652 podemos colocar no mesmo pacote. Eu, antes de te procurar, pedi para minha
1653 equipe fazer um levantamento sobre os estados que já haviam adotado padrões
1654 mais restritivos que as resoluções. Então, eles estão preparando lá uma
1655 informação pedindo que aí eu ia até você para nós conversamos, mas é
1656 importante, eu já tinha conversado há um tempo atrás com a Zuleica e conversei
1657 com a Carmem, que agora se aposentou, mas que era da FEPAM do Rio Grande
1658 do Sul, sobre a questão do licenciamento e da recuperação do mercúrio,
1659 principalmente nas questões relacionadas com lâmpadas, eu acho que isso é uma
1660 coisa que nós... O acordo setorial trata da responsabilidade dos fabricantes e fala
1661 em destinação ambientalmente adequada. A minha estratégia é que possamos

1662 trabalhar uma regulamentação no CONAMA do que seria essa destinação
1663 ambientalmente adequada no caso daquilo que contém mercúrio frente a
1664 Convenção de Minamata, frente ao Sistema Nacional de Meio Ambiente, eu acho
1665 que podemos fazer uma proposta bem consistente e boa em relação a isso. A
1666 Carmem até tinha nos procurado junto com o pessoal que trabalha com
1667 reciclagem de lâmpadas, apresentou uma proposta ainda não amadurecida, nós
1668 ficamos de debater e podemos até dentro do Ministério do Meio Ambiente chamar
1669 para um debate antes de trazer para o CONAMA e ver essa estratégia é boa, vai
1670 depender de algum recurso, às vezes, para trazer pessoas específicas, mas nós
1671 podemos ver isso, o Secretário Soavinski, que é o nosso secretário de recursos
1672 hídricos e ambiente urbano, ele é bem sensível a questão dos resíduos, além dele
1673 ser analista ambiental, ele migrou do Ibama para o Chico Mendes quando o Chico
1674 Mendes foi criado, mas foi durante um ano e meio Secretário de Meio Ambiente do
1675 Estado do Paraná, Conselheiro do CONAMA, assinou doze ou treze termos de
1676 compromisso no âmbito da logística reversa. Então, ele é bem sensível a questão
1677 dos resíduos.

1678

1679

1680 **A SR^a. CELMA ALVES DOS ANJOS (Anamma/Centro-Oeste)** – Juntamente
1681 com a Carmem, a Anamma está trabalhando esse texto e inicial trocamos
1682 algumas informações, e a ideia era esse apoio a essa proposta junto ao Conselho
1683 Nacional.

1684

1685

1686 **A SR^a. ZILDA MARIA FARIA VELOSO (MMA)** – Nós podemos trabalhar antes de
1687 mandar, nós trabalhamos ainda reduz os impactos. Obrigada gente mais uma vez
1688 e nós nos vemos na Plenária. Obrigada.